

# Relatório de Gestão Consolidado 2012



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Ferconsult, S.A.

Metrocom, S.A.



Transportes de Lisboa

23 7  
J

## Índice

1. Enquadramento.....	3
2. Perímetro de Consolidação .....	4
3. Principais indicadores do Grupo .....	5
4. Atividade do Grupo ML .....	6
4.1 ML, E.P.E.....	6
4.2 Ferconsult, S.A.....	8
4.3 METROCOM, S.A. ....	9
5. Investimento .....	10
6. Financiamentos obtidos .....	10
7. Recursos Humanos .....	10
8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	11
9. Perspetivas 2013 .....	12
10. Demonstrações financeiras.....	13
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012.....	18
Parecer do Conselho Fiscal.....	91
Certificação Legal das Contas do Grupo ML.....	92

Handwritten initials and a horizontal line.

## 1. Enquadramento

O Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho impõe a todas as empresas-mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerça influência dominante ou controlo. Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Metropolitano" ou "ML") (denominação assumida no dia 26 de junho de 2009) como empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo" ou "Grupo ML"), preparou demonstrações financeiras consolidadas do grupo de empresas de acordo com as Normas Internacionais ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2012. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretação emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC") que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a impostos sobre o rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

O Volume de Vendas consolidado do Grupo ML no ano 2012 cifrou-se em cerca de 87 milhões de euros, 14% acima do montante realizado no exercício anterior. Deste montante, a atividade de Transporte de Passageiros e a Gestão de Infraestruturas contribuiu com 98% do total.

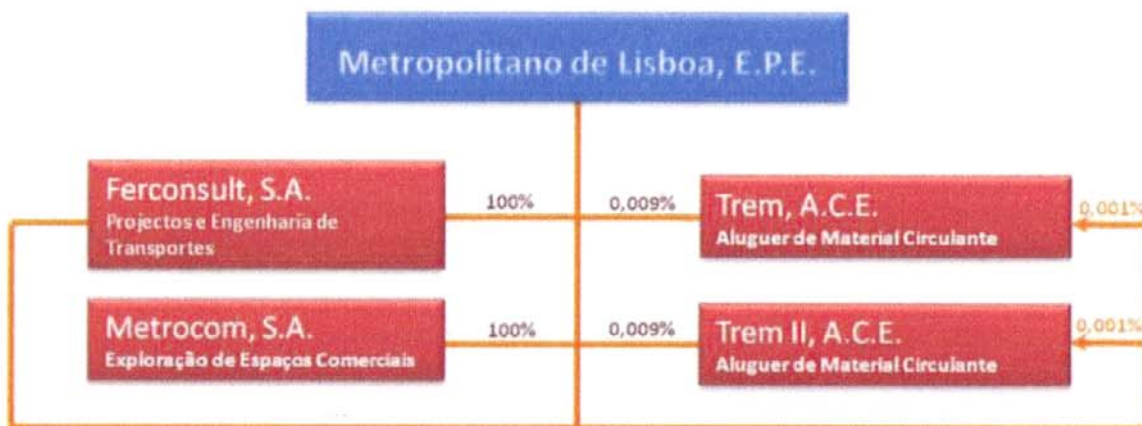
O Resultado Líquido Consolidado ascendeu a -81,6 milhões de euros, melhorando significativamente os resultados obtidos em 2011 e que foram de -149,2 milhões de euros.



B 17  
T

## 2. Perímetro de Consolidação

O perímetro de consolidação do Grupo ML é constituído pelas seguintes empresas:



Foram incluídas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas as seguinte sociedades:

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida		
		Directa	Indirecta	Total
Publímétro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40%	-	40%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5%	45%	50%
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	a)	a)	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16%	-	16%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	-	14,29%

a) Informação não disponível.



B4  
T

### 3. Principais indicadores do Grupo

Os principais indicadores da atividade do Grupo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como se segue:

		2012	2011
Volume Negócios	€	87.009.762	76.651.118
Indemnizações Compensatórias	€	46.144.040	45.179.058
EBITDA	€	35.135.830	(29.037.989)
Resultado Operacional	€	(3.315.096)	(69.820.001)
Resultado Líquido	€	(81.558.326)	(149.180.023)
Efetivo	n.º de colaboradores	1645	1731

B 7  
T

## 4. Atividade do Grupo ML

### 4.1 ML, E.P.E

O ML, EPE tem como objeto principal prestar um serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o Cliente e promovendo a mobilidade sustentável.

Neste ano, a 23 de agosto de 2012, foram nomeados novos Órgãos Sociais (composto por 4 elementos), para o mandato 2012/2014, comuns ao Metropolitano de Lisboa e à Carris e que marcou a alteração no paradigma de gestão das empresas de transportes.

A estratégia do novo conselho de Administração, assenta no aumento de eficiência, no crescimento da quota de mercado do transporte público e na preparação da empresa para a abertura da gestão a entidades privadas, conforme orientação governamental.

A sua atividade sustenta-se em duas atividades: Transportes de Passageiros e Gestão de Infraestruturas.

Da sua atividade operacional registou-se a quebra de procura em 13,9%, resultante de um conjunto variado de fatores que decorrem da conjuntura recessiva da economia e do aumento da Fraude.

A oferta registou uma redução de 19,4%, permitindo a ajustamento à procura e tendo como objetivo o aumento de eficiência da empresa. No ano de 2012 ocorreram perturbações na circulação de comboios por motivo de greves.

O ano de 2012, representou um enorme desafio para o marketing e a comunicação no desenvolvimento das suas atividades, considerando a atual conjuntura económica. Neste contexto, a estratégia teve de ser definida de forma a ser o mais racional possível e de forma a colmatar a perda de passageiros que se vinha verificando ao longo do ano.

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

- Comemoração do 53º aniversário do ML em exploração;
- A Campanha “Uma Viagem que nos Une”, aquando do anúncio da fusão das administrações CARRIS e ML;
- Campanhas no âmbito da Responsabilidade Social: “Presente Consigo”; “Natal no Metro”, “1ª Maratona Fotográfica CARRIS/ML”
- Semana da Mobilidade.

PRESENTE  
CONSIGO



1ª  
maratona  
fotográfica  
carris.metro

JB  
A

Para equilibrar o investimento em marketing foi intensificada a angariação de receitas complementares, nomeadamente pelo aluguer do Auditório do Alto dos Moinhos, Cedência de Espaços para Publicidade, pela aplicação mobile para smartphones e pelo projeto de *naming rights* da estação Baixa-Chiado PT Blue Station.

Em relação aos colaboradores da empresa, alcançou-se uma redução de 65 colaboradores (4%) face a 2011, resultantes da aplicação de Lei do Orçamento de Estado e dando cumprimento aos objetivos de reestruturar e redimensionar serviços e consequentemente a melhoria de eficiência.

A taxa de absentismo global foi de 6,17% registando um decréscimo de 0,94 p.p.

Ao nível dos Resultados, o ML concretizou uma redução significativa dos gastos operacionais e um aumento dos rendimentos operacionais, o que permitiu alcançar um EBITDA positivo de 20,9 milhões de euros.

A IC atribuída pelo Estado foi de 44 milhões de euros, mais 4,8% do que o ano anterior e os subsídios à exploração situaram-se em 46 milhões, mais 2,0% do que no ano anterior. O resultado líquido ascendeu a -77,3 milhões de euros, melhorando significativamente em relação ao ano anterior, i.e. em cerca de 47,05%.



27  
T

## 4.2 Ferconsult, S.A.

A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

Face à retração de novos investimentos neste sector de atividade nacional, a empresa apostou na internacionalização.

No prosseguimento das ações desencadeadas em 2011, a empresa desenvolveu uma forte atividade comercial internacional, na procura de novos contratos nas zonas geográficas consideradas estratégicas, tendo ganho no Verão de 2012, um importante contrato na Argélia, o qual será iniciado em 2013, não tendo por este motivo, qualquer impacto no Volume de Negócios em 31 de dezembro de 2012.

A percentagem de vendas internacionais em 2012, representa 90% (4,2 milhões de euros) da atividade da empresa.

Apesar de ter sido aumentada a sua atividade em 2012, ainda não foi possível inverter a tendência de redução do Volume de Negócios.

Apesar dos trabalhos que têm vindo a ser adjudicados, estes ainda não permitem ocupar todas as áreas da empresa, afetando de forma significativa os custos indiretos da empresa e os seus resultados.

Dando sequência ao processo de reorganização iniciado em 2011, com as diversas medidas para a redução de despesas, procedeu-se à reestruturação organizacional da empresa, tendo em vista torná-la mais operacional e mais competitiva.

No entanto, esta redução dos gastos operacionais, embora se tenha registado uma evolução positiva, ainda não foi suficiente para alcançar resultados operacionais positivos.

O Volume de Negócios foi de 4,67 M€, tendo diminuído 45,3% em relação ao ano anterior.

O Resultado Operacional foi de 1,16 milhões de euros negativos e o Resultado Líquido de 1,20 milhões negativos, tendo melhorado em 0,28 milhões em relação ao ano anterior (em 18,8%).

DB A  
T

### 4.3 METROCOM, S.A.

A Metrocom, S.A., tem como objeto promover e comercializar espaços adequados existentes na rede de metro de Lisboa, gerir os contratos nomeadamente no que respeita a lojas, escritórios, vitrinas, programar e organizar novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

Em 2012 e com o prolongamento da Linha Vermelha e consequente abertura de três novas estações, a Empresa alargou o seu perímetro comercial a 49 estações das 55 existentes na rede do metro de Lisboa: 17 na linha Azul, 13 na linha Amarela, 12 na linha Verde e 7 na linha Vermelha.

Comparando com 2011, a comercialização das lojas sofreu uma ligeira quebra. A taxa de ocupação representa 91,02% de toda a oferta disponível, comparada com 92% verificada em 2011.

A Linha Amarela, concorre com 42,27% para os proveitos totais, seguida da Linha Azul, com 34,43%, a Linha Vermelha, com 20,09% e por último a Linha Verde com 3,21%.

O Volume de Negócios em 2012 foi de 2.86 M€, registando-se uma subida de 3,2% em relação a 2011.

O Resultado Operacional foi de 591.347 euros positivos, tendo crescido 10,7% relativamente ao exercício anterior. Para este resultado, contribuiu o aumento das vendas e a diminuição dos gastos com pessoal em 22,8%, face ao ano anterior. Na linha da política iniciada no ano anterior, continuaram os esforços de redução de gastos, fazendo com que os gastos operacionais diminuíssem 2,4% face ao ano anterior, situando-se em 2.340 mil euros.

23 A  
T

## 5. Investimento

Os investimentos mais significativos efetuados pelo Grupo ML, foram assumidos pelo próprio ML, sendo que o **investimento de expansão/modernização** ascendeu a 20,3 milhões de euros. No ano de 2012 foi concretizada a extensão da linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, num total de 3,6 km e 3 novas estações, possibilitando o acesso ao Aeroporto e à ligação rodoferroviária da Gare do Oriente.

Durante o ano de 2012, o Investimento efetuado pelo ML na ligação da Linha Vermelha ao Aeroporto foi aquele que assumiu maior relevância, com 12,3 milhões de euros. Com este prolongamento de 3,6 km, cuja abertura à exploração ocorreu em julho de 2013, o ML passou a servir o Aeroporto Internacional de Lisboa, com uma ligação à Gare Intermodal de Lisboa.

Prosseguiram também os trabalhos de ampliação/remodelação das estações da linha verde, visando a adaptação das mesmas à circulação de comboios com 6 carruagens. Destaca-se o Investimento realizado na estação Areeiro, 1.34 milhões de euros.

## 6. Financiamentos obtidos

As fontes de financiamento associadas ao Investimento que o ML dispôs em 2012 foram o PIDDAC, com 2.950 milhões de euros e o Fundo de Coesão, com 53.407 milhões de euros, sendo este valor referente ao cofinanciamento de despesas incorridas no ano de 2012 e em anos anteriores.

Para a atividade Operação, o ML, enquanto entidade pública reclassificada, beneficia de empréstimos do Tesouro, o que permite que necessidades de tesouraria sejam cobertas pelo financiamento assegurado pelo Estado Português, para além das Indemnizações Compensatórias e das Receitas Próprias.

## 7. Recursos Humanos

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado pela escassez de recursos económico-financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso de qualquer organização.

No final de 2012, o efetivo do Grupo era composto por 1645 colaboradores e os gastos com pessoal, no Grupo, atingiram o valor de cerca de 81 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 6% face a 2011. Esta redução resulta da diminuição do número de efetivos no



237  
T

Grupo, das reduções da remuneração resultantes do Orçamento de Estado para 2011 e 2012, assim como a suspensão do pagamento dos subsídios de Férias e de Natal, para níveis salariais acima de 1.500 euros.

## **8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram quaisquer factos relevantes que afetem significativamente as demonstrações financeiras consolidadas do exercício agora findo. As divulgações dos eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2012 encontram-se efetuadas na nota 34 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012.

## 9. Perspetivas 2013

O exercício de 2013, continuando em vigor as restrições associadas à assistência financeira externa ao país, nomeadamente nas questões laborais e no refinanciamento da dívida, será um ano de grandes desafios na gestão do Grupo ML.

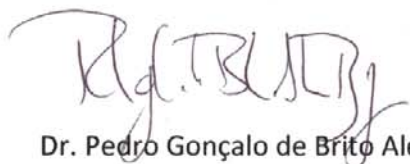
O **ML, E.P.E.** terá de prosseguir o seu processo de modernização e de reestruturação operacional e ao mesmo tempo serão desenvolvidos os estudos técnicos, económicos e jurídicos necessários para se proceder à abertura à gestão privada da operação/manutenção da atividade do ML, em conformidade como determinado pelo Governo Português.

Quanto à **Ferconsult, S. A.** irá dar seguimento à aposta estratégica na internacionalização e no reforço de competências *core* do seu negócio como elemento de diferenciação no setor de transportes.

A **Metrocom, S.A.** tem como objetivo para 2013, continuar o seu crescimento de forma sustentada, ocupando mais espaços, renegociando contratos e captando novos clientes.

Lisboa, 24 de Setembro de 2013

### O Conselho de Administração



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

## 10. Demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
<b>NÃO CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	4.414.234.514	3.928.899.643
Ativos fixos tangíveis	6	477.820.217	514.888.420
Propriedades de investimento	8	366.891	399.796
Ativos intangíveis		20.292	36.200
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	14.575.984	9.536.975
Participações financeiras - outros métodos		396	396
Outros ativos não correntes	13	12.433.723	12.445.631
Derivados	10	48.535.668	36.525.070
Outros ativos financeiros	11	17.539.253	24.351.216
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>4.985.528.938</b>	<b>4.527.083.347</b>
<b>CORRENTE:</b>			
Inventários	12	1.222.618	1.845.086
Clientes	13	13.003.993	13.347.791
Adiantamentos a fornecedores		-	11.483
Estado e outros entes públicos	21	4.644.569	4.116.118
Outros ativos correntes	13	73.502.348	75.278.523
Diferimentos	14	3.355.869	4.117.027
Caixa e depósitos bancários	4	40.665.427	16.760.892
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>136.394.824</b>	<b>115.476.920</b>
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		4.414.234.514	3.928.899.643
Total do ativo afeto à operação (ML)		707.687.248	713.660.624
<b>Total do ativo</b>		<b>5.121.921.762</b>	<b>4.642.560.267</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL:</b>			
Capital realizado	15	603.750.000	603.750.000
Reserva legal		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.466.158.966)	(1.325.593.582)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		(860.885.491)	(720.320.107)
Interesses sem controlo	16	(77.332.039)	(146.052.136)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(969.181.297)</b>	<b>(893.109.723)</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>NÃO CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	4.189.773.808	3.806.891.112
Provisões	17	1.766.815	3.027.673
Financiamentos obtidos	18	980.515.498	634.540.855
Outros passivos não correntes	23	19.918.353	22.824.584
Derivados	10	230.338.909	211.713.563
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	262.739.100	262.695.165
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>		<b>4.189.773.808</b>	<b>3.806.891.112</b>
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)		1.495.278.675	1.134.801.840
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>5.685.052.483</b>	<b>4.941.692.952</b>
<b>CORRENTE:</b>			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	241.501.175	122.008.531
Fornecedores	20	7.165.353	15.721.267
Estado e outros entes públicos	21	3.961.343	4.208.958
Adiantamento de clientes		1.787	1.787
Financiamentos obtidos	18	111.528.567	412.079.657
Outros passivos correntes	23	41.892.351	39.956.838
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>		<b>241.501.175</b>	<b>122.008.531</b>
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)		164.549.401	471.968.507
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>406.050.576</b>	<b>593.977.038</b>
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		4.431.274.983	3.928.899.643
Total do passivo afeto à operação (ML)		1.659.828.076	1.606.770.347
<b>Total do passivo</b>		<b>6.091.103.059</b>	<b>5.535.669.990</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>5.121.921.762</b>	<b>4.642.560.267</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos Emerico Ferreira da Mota*

Dr. Carlos Emerico Ferreira Mota

O Conselho de Administração

*Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas*

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

*Dr. Luis Carlos Antunes Barros*

Dr. Luis Carlos Antunes Barros

*Dr. Maria Manuela Bruno de Figueiredo*

Dr. Maria Manuela Bruno de Figueiredo





**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

*(Montantes expressos em euros)*

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	24	87.009.762	76.651.118
Subsídios à exploração	25	46.144.040	45.179.058
Trabalhos para a própria entidade	3.20	4.464.959	5.113.390
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	8	38.230	(166.518)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	1.230.509	152.774
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	11.400.445	9.836.392
Outros rendimentos e ganhos	28	5.676.003	9.727.858
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>		<b>155.963.948</b>	<b>146.494.072</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.205.404)	(2.166.757)
Fornecimentos e serviços externos	26	(28.107.668)	(31.722.610)
Gastos com o pessoal	27	(81.252.207)	(86.253.623)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(38.450.926)	(40.782.012)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	(50.000)	(50.000)
Aumentos / reduções de justo valor	10	(6.614.748)	(53.373.171)
Outros gastos e perdas	29	(2.598.091)	(1.965.900)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<b>(159.279.044)</b>	<b>(216.314.073)</b>
		<b>(3.315.096)</b>	<b>(69.820.001)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	71.733	27.895
Juros e gastos similares suportados	30	(78.076.500)	(79.177.750)
Resultados relativos a empresas associadas	9	50.382	115.295
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(81.269.481)</b>	<b>(148.854.561)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(288.845)	(325.462)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>(81.558.326)</b>	<b>(149.180.023)</b>
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		(77.332.039)	(146.052.136)
Resultado atribuível a interesses sem controlo		(4.226.287)	(3.127.887)
		<b>(81.558.326)</b>	<b>(149.180.023)</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos Emílio Ferreira de Mota*  
Dr. Carlos Emílio Ferreira Mota

O Conselho de Administração

*Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas*  
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

*Dr. Luis Carlos Antunes Barros*  
Dr. Luis Carlos Antunes Barros

*Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo*  
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
<b>Posição em 1 de janeiro de 2011</b>	603.750.000	21.597	1.501.878	(1.143.996.360)	(148.337.322)	(887.050.197)	(23.603.593)	(710.669.790)
<b>Alterações no exercício:</b>								
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	(148.337.322)	148.337.322	-	-	-
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	-	-	-	(30.766.709)	-	(30.766.709)	-	(30.766.709)
Anulação de gastos com montagem de financiamentos	-	-	-	(2.493.504)	-	(2.493.504)	-	(2.493.504)
Outros	-	-	-	303	-	303	-	303
	<u>603.750.000</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.325.593.582)</u>	<u>-</u>	<u>(720.320.107)</u>	<u>(23.603.593)</u>	<u>(743.929.700)</u>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011</b>					(148.052.136)	(148.052.136)	(3.127.887)	(149.180.023)
<b>Posição em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>603.750.000</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.325.593.582)</u>	<u>(148.052.136)</u>	<u>(866.372.243)</u>	<u>(26.737.480)</u>	<u>(893.109.723)</u>
<b>Posição em 1 de janeiro de 2012</b>	603.750.000	21.597	1.501.878	(1.325.593.582)	(148.052.136)	(866.372.243)	(26.737.480)	(893.109.723)
<b>Alterações no exercício:</b>								
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	(148.052.136)	148.052.136	-	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos atuariais	-	-	-	5.486.752	-	5.486.752	-	5.486.752
	<u>603.750.000</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.466.158.966)</u>	<u>-</u>	<u>(860.885.491)</u>	<u>(26.737.480)</u>	<u>(887.622.971)</u>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012</b>					(77.332.039)	(77.332.039)	(4.228.287)	(81.558.326)
<b>Posição em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>603.750.000</u>	<u>21.597</u>	<u>1.501.878</u>	<u>(1.466.158.966)</u>	<u>(77.332.039)</u>	<u>(938.217.530)</u>	<u>(30.963.767)</u>	<u>(969.181.297)</u>

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos Bruno Ferreira da Mota*  
Dr. Carlos Emérito Ferreira Mota

O Conselho de Administração

*Justo Carlos Antunes Barros*  
Dr. Luis Carlos Antunes Barros

*Maria Manuela Bruno de Figueiredo*  
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Venda de bilhetes		84.864.044	80.119.941
Subsídios à exploração	3.19	46.480.470	46.694.180
Recebimentos de clientes		18.785.753	18.805.246
Pagamentos a fornecedores		(55.617.521)	(38.156.149)
Pagamentos ao pessoal		(61.938.348)	(74.836.120)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>32.574.398</b>	<b>32.627.098</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.556.446)	(12.043.552)
Outros recebimentos / pagamentos		(5.809.330)	(11.922.847)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>21.208.622</b>	<b>8.660.699</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Depósito a prazo		-	21.289.146
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Subsídios ao investimento		56.357.289	69.195.103
Juros e rendimentos similares		1.254.450	1.705.975
		57.611.739	92.190.224
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(2.226.227)	(5.291.196)
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Ativos fixos tangíveis		(40.987.506)	(59.721.472)
Ativos intangíveis		(1.538)	-
Outros pagamentos		-	-
		(43.215.271)	(65.012.647)
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>14.396.468</b>	<b>27.177.377</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		21.702	3.192
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Financiamentos obtidos - IGCP/DGTF		237.747.877	507.957.564
Financiamentos obtidos		410.833.969	105.974.436
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Empréstimos obrigacionistas		-	25.000.000
		648.603.548	638.935.192
<b>Pagamentos provenientes de:</b>			
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Financiamentos obtidos		(71.502.576)	(71.502.576)
Financiamentos obtidos		(342.800.207)	(392.016.448)
Locações financeiras		(22.608.703)	(18.308.351)
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Empréstimos obrigacionistas		(7.731.367)	(7.731.367)
Investimento de infra-estruturas de longa duração - Juros e gastos similares		(153.477.168)	(138.048.742)
Juros e gastos similares		(56.497.798)	(41.161.583)
Depósitos a prazo (caução)		(634.077)	(671.566)
Dividendos		-	-
Suprimentos concedidos	9	(5.052.207)	(4.178.646)
		(660.304.103)	(673.619.279)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(11.700.555)</b>	<b>(34.684.087)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>23.904.535</b>	<b>1.153.989</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>16.760.892</b>	<b>15.606.903</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>40.665.427</b>	<b>16.760.892</b>

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

*Carlos Emílio Ferreira de Mota*

Dr. Carlos Emílio Ferreira Mota

O Conselho de Administração

*Dr. Pedro Gonçalo de Brito Alexo Bogas*

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Alexo Bogas

*Dr. Luís Carlos Antunes Barros*

Dr. Luís Carlos Antunes Barros

*Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo*

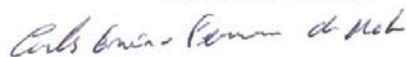
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	2012	2011
Resultado líquido consolidado do exercício		(81.558.326)	(149.180.023)
Anulação de gastos com montagem de financiamentos		-	(2.493.504)
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	19	5.486.752	(30.766.709)
Outros		-	(1.481.090)
Outro rendimento integral do exercício		<u>5.486.752</u>	<u>(34.741.303)</u>
<b>Total do rendimento integral consolidado do exercício</b>		<u>(76.071.574)</u>	<u>(183.921.326)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa mãe		(71.845.287)	(180.793.439)
Interesses sem controlo	16	<u>(4.226.287)</u>	<u>(3.127.887)</u>
		<u>(76.071.574)</u>	<u>(183.921.326)</u>

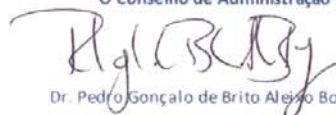
O Anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emerio Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luis Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



## Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)

27  
T  
T

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Empresa"), assumiu, no dia 26 de Junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação.

A Empresa é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo") formado pela Empresa e suas subsidiárias (Nota 3.2).

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009. D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pelo Ministério da Tutela, beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 25 de setembro de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

*Handwritten initials and signature*

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas com as Normas Internacionais ("IFRS"), tal como adoptadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2012. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretação emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC") que tenham sido adoptadas na União Europeia.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

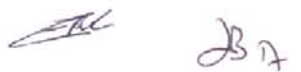
#### Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico do Grupo iniciado em 1 de Janeiro de 2012:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
IFRS 7 - Emenda (Transferência de activos financeiros)	01-Jul-11

A norma acima foi aplicada pela primeira vez pelo Grupo em 2012, não tendo, da adopção da mesma, resultado impactos retrospectivos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

  
 Aplicável aos  
 exercícios iniciados em  
 ou após

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	01-Jan-14
IFRS 11 - Acordos conjuntos	01-Jan-14
IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades	01-Jan-14
IFRS 13 - Mensuração de justo valor	01-Jan-13
IAS 27 (Revista em 2011) - Demonstrações financeiras separadas	01-Jan-14
IAS 28 (Revista em 2011) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures	01-Jan-14
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	01-Jan-13
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação e remoção de datas fixas para os “First-time	01-Jan-13
IAS 1 – Emenda (apresentação dos itens no Rendimento integral)	01-Jul-12
IFRS 7 – Emenda (Divulgações)	01-Jan-13
IAS 32 – Emenda (apresentação )	01-Jan-14
IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Contudo, não são estimados impactos retrospectivos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, pelo que não foram adotadas pelo Grupo:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-Jan-15
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2009 a 2011 – emitido em Maio de 2012)	várias (usualmente 1 janeiro 2013)
Emenda ao IFRS 1 - Empréstimos governamentais	01-Jan-13
Emendas ao IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Regras de transição	01-Jan-13
Emendas ao IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Entidades de Investimento	01-Jan-14

### 3.2 Princípios de consolidação

#### a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam



*[Handwritten initials/signature]*

correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses sem controlo) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.



Em 31 de dezembro de 2012, as empresas incluídas na consolidação eram como segue:

*Handwritten initials: BA and a signature.*

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida	
		2012	2011
<b>Empresa-mãe:</b>			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	n/a	n/a
<b>Subsidiárias:</b>			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100%	100%
Metrocom, S.A.	Lisboa	100%	100%
TREM - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	0,01%	0,01%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	0,01%	0,01%

Estas Empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de integração integral pela maioria dos direitos de voto, com exceção das duas últimas, que foram incluídas pelo mesmo método com base no previsto na interpretação nº12 das Normas Internacionais de Relato Financeiro (SIC 12).

#### b) Empresas conjuntamente controladas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos, entre empresas conjuntamente controladas e outras empresas do Grupo são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuído ao Grupo.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as entidades conjuntamente controladas, suas subsidiárias e proporção no capital detido eram como segue:

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida		
		Directa	Indirecta	Total
Publímetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40%	-	40%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5%	45%	50%
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	a)	a)	a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16%	-	16%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	-	14,29%

a) Informação não disponível.

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pela Empresa direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

### 3.3 Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a Empresa o papel de “agente” nesta atividade.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são divulgados na demonstração da posição financeira, na rubrica de Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

#### No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;

*[Handwritten signature]* *[Handwritten mark]* 23/7

- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os saldos a receber da comparticipação de outras entidades em investimentos de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;



- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

B7  
T  
[assinatura]

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto de selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração". Contudo esta quantificação apenas considerou tais encargos a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 1995.

### **3.4 Ativos fixos tangíveis**

#### **Afetos à gestão de infraestruturas:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:



BA  
T

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

Peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar

os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado com base nos critérios acima mencionados para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. As amortizações calculadas e registadas até àquela data, foram creditadas diretamente ao valor de custo e debitadas às respetivas reservas de reavaliação como fator corretivo das mesmas, as quais se encontram consideradas na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração". Após 1 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

### **3.5 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

### **3.6 Locações**

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

#### Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

*Handwritten signature and initials*

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.4 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### **3.7 Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<b>Classe de bens</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data de relato, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na





B7

demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.8 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis





*[Handwritten signature and initials]*

(perdas/reversões)”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registrado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registrada.

### **3.9 Participações financeiras em associadas e participadas**

As participações financeiras em empresas associadas e participadas, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém nem o controlo, nem o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em associadas e participadas são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado após a data de aquisição pelo valor correspondente à participação do Grupo na variação do capital próprio (incluindo o resultado líquido) das associadas e participadas após essa data. Por aplicação do método de equivalência patrimonial, a proporção do Grupo no resultado líquido das associadas e participadas é registado por contrapartida da demonstração dos resultados e os dividendos recebidos são deduzidos ao valor do investimento.

Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e participadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do

*23/17*

investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 9.

### **3.10 Inventários**

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado. Os inventários do Grupo em 31 de dezembro de 2012 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio.

### **3.11 Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### **(i) Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

**a) Clientes e outros ativos**

Os saldos de clientes e de outros ativos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**b) Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

**c) Outros ativos financeiros**

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo amortizado.

**d) Fornecedores e outros passivos**

Os saldos de fornecedores e de outros passivos são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**e) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são



apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outros passivos".

#### **(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor" com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Aumentos/reduções de justo valor".

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros.

#### **(iii) Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

#### **(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.



*A.B*

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Notas	2012		2011	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
<b>Não correntes:</b>					
Outros ativos não correntes	13	-	12.433.723	-	12.445.631
Derivados	10	48.535.668	-	36.525.070	-
Outros ativos financeiros	11	-	17.539.253	-	24.351.216
		<b>48.535.668</b>	<b>29.972.976</b>	<b>36.525.070</b>	<b>36.796.847</b>
<b>Correntes:</b>					
Clientes	13	-	13.003.993	-	13.347.791
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	11.483
Outros ativos correntes	13	-	73.502.348	-	75.278.523
Caixa e depósitos bancários	4	-	40.665.427	-	16.760.892
		-	<b>127.171.768</b>	-	<b>105.398.689</b>
		<b>48.535.668</b>	<b>157.144.744</b>	<b>36.525.070</b>	<b>142.195.536</b>

Passivos Financeiros	Notas	2012		2011	
		Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado	Derivados (justo valor)	Custo ou custo amortizado
<b>Não correntes:</b>					
Financiamentos obtidos	18	-	980.515.498	-	634.540.855
Outros passivos não correntes	23	-	19.918.353	-	22.824.584
Derivados	10	230.338.909	-	211.713.563	-
		<b>230.338.909</b>	<b>1.000.433.851</b>	<b>211.713.563</b>	<b>657.365.439</b>
<b>Correntes:</b>					
Fornecedores	20	-	7.165.353	-	15.721.267
Adiantamentos de clientes		-	1.787	-	1.787
Financiamentos obtidos	18	-	111.528.567	-	412.079.657
Outros passivos correntes	23	-	41.892.351	-	39.956.838
		-	<b>160.588.058</b>	-	<b>467.759.549</b>
		<b>230.338.909</b>	<b>1.161.021.909</b>	<b>211.713.563</b>	<b>1.125.124.988</b>

### 3.12 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

*Handwritten signature and numbers: 23 14*

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.3, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" como uma conta a receber.

### **3.13 Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. O imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar, essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e com outras deslocações, ou com despesas de representação.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos, corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2007 a 2012, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 155.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não



foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

### **3.14 Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no passivo na rubrica de "Outros passivos", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, na rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização".

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### **3.15 Provisões, ativos e passivos contingentes**

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **3.16 Benefícios pós-emprego**

#### **Plano de benefício definido**

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e



pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de relato e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuarias e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuarias são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Reformas antecipadas.

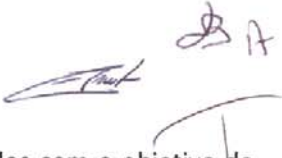
#### **Cuidados de saúde**

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, mas que não se encontram registadas na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

#### **3.17 Instrumentos financeiros derivados**

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua política de gestão do risco de cobertura de taxa de juro para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

BA  


No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco da Empresa, não cumpram todos os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada por um avaliador externo (diferente daquele com quem os mesmos foram contratados), sendo consideradas assunções e estimativas na determinação do justo valor, em resultado de alguma informação não se encontrar disponível.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo não classifica nenhum instrumento financeiro derivado como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da IAS 39.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo, para cobrir o risco de taxa de juro, dos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados, são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, para cobrir o risco de taxa de juro dos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD's, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada relato, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

### **3.18 Classificação da demonstração da posição financeira**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

### **3.19 Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

B 17  
J  
Paul

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rédito proveniente dos projetos de consultoria.

O Grupo reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pelo Grupo e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres ("I.M.T.T.").

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços do Grupo e de cada um dos outros operadores.

- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – O Grupo reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

- Estudos e realização de projetos de consultoria – O Grupo reconhece o rédito dos projetos em regime de "time and materials" na data da prestação dos serviços, usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

A diferença ente o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica de "Outros ativos correntes" ou na rubrica de "Outros passivos correntes".

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.



[Handwritten signature and initials]

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de “Subsídios à exploração” no exercício em que são atribuídas.

### **3.20 Gastos departamentais**

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 2% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos em infraestruturas de longa duração – ILD (ativos financiados pelo Estado), aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

### **3.21 Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

### **3.22 Especialização de exercícios**

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### **3.23 Política de gestão de risco**

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido

os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

A atividade do Grupo não se encontra "per si" exposta a este risco.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada e oportuna, gerindo os excessos e défices de liquidez. As necessidades de tesouraria são cobertas pelo financiamento assegurado pelo Estado Português, bem como, através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, o Grupo contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro ("swaps"). Em algumas situações optou-se por fixar a taxa de juro dos financiamentos.

Análise de Sensibilidade da Taxa de Juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros (derivados e não derivados) existentes à data do relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;

*[Handwritten signature]* 2017

- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados ("swaps") e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para ou instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2012, resultaria num aumento ou diminuição do resultado antes de imposto de aproximadamente, 350.167.289 euros.

### **3.24 Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período de reporte.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:



*[Handwritten signature]* 23/17  
*[Handwritten mark]*

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – os quais na data de cada relato são determinados por uma entidade independente que não corresponde à entidade com a qual os mesmos foram contratados;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

### 3.25 Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados em conformidade com a informação utilizada internamente pelos órgãos de gestão do Grupo.

### 3.26 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data de relato que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

## 4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2012	2011
Numerário	28.695	23.123
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	40.636.732	16.737.769
	40.665.427	16.760.892

JBA  
T

## 5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos em infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2012	2011
<b>Atividades de Investimento de ILD's:</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.1	3.069.719.658	3.039.605.281
Ativos intangíveis	5.2	6.908.225	6.883.717
Subsídios	5.3	(927.095.929)	(870.738.640)
Conta a receber - Estado	5.4	2.264.702.560	1.753.149.285
<b>Total do ativo</b>		<b>4.414.234.514</b>	<b>3.928.899.643</b>
<b>Passivo não corrente:</b>			
Provisões	5.4.1	7.675.514	1.691.252
Financiamentos obtidos	5.5	3.118.266.680	3.086.742.138
Derivados	5.6	1.063.831.614	718.457.722
		<b>4.189.773.808</b>	<b>3.806.891.112</b>
<b>Passivo Corrente:</b>			
Fornecedores	5.7	7.119.053	23.316.413
Financiamentos obtidos	5.5	206.223.333	79.233.942
Outras contas a pagar	5.8	28.158.790	19.458.176
		<b>241.501.175</b>	<b>122.008.531</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>4.431.274.983</b>	<b>3.928.899.643</b>
<b>Total ILD's líquido</b>		<b>(17.040.471)</b>	<b>-</b>

### 5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2012						
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
<b>Ativos fixos tangíveis - ILD's</b>	<b>2.949.856.076</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>2.750.794.068</b>	<b>4.238.086</b>	<b>186.049.838</b>	<b>2.941.081.992</b>
Terrenos e recursos naturais	15.986.399	(2.388.442)	13.597.957	-	111.983	13.709.940
Edifícios e outras construções	2.522.676.353	(176.310.029)	2.346.366.324	2.660.695	167.648.813	2.516.675.832
Equipamento básico	411.193.324	(20.363.537)	390.829.787	1.577.391	18.289.042	410.696.220
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>285.515.682</b>	<b>-</b>	<b>285.515.682</b>	<b>26.460.146</b>	<b>(186.048.974)</b>	<b>125.926.854</b>
Terrenos e recursos naturais	143.997	-	143.997	97	(111.983)	32.111
Edifícios e outras construções	251.305.582	-	251.305.582	18.704.893	(167.647.949)	102.362.526
Equipamento básico	34.066.103	-	34.066.103	7.755.156	(18.289.042)	23.532.217
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	3.295.531	-	3.295.531	-	(584.719)	2.710.812
<b>Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's</b>	<b>3.238.667.289</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>3.039.605.281</b>	<b>30.698.232</b>	<b>(583.855)</b>	<b>3.069.719.658</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nas rubricas de “Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções” e de “Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico”, no montante de 26.460.146 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, com 18.792.432 euros, Saldanha/S. Sebastião, com 1.587.152 euros e na remodelação da rede 2.282.516 euros.



Os abates ocorridos durante o exercício de 2012, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, e Alameda/São Sebastião, nos montantes de 533.127 euros, 404.170 euros e 128.957 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 167.648.813 euros e 18.289.042 euros, respetivamente referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de “Ativo fixo tangível em curso” de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante de 125.926.854 euros registado na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” inclui, essencialmente, 52.288.527 euros relativo ao projeto de expansão da linha Amadora este/Reboleira e 30.966.357 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto

31 de dezembro de 2011						
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
<b>Ativos fixos tangíveis - ILD's</b>	<b>2.943.300.377</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>2.744.238.369</b>	<b>4.490.839</b>	<b>2.064.860</b>	<b>2.750.794.068</b>
Terrenos e recursos naturais	15.989.979	(2.388.442)	13.601.537	-	(3.580)	13.597.957
Edifícios e outras construções	2.516.688.119	(176.310.029)	2.340.378.090	4.262.341	1.725.893	2.346.366.324
Equipamento básico	410.622.279	(20.363.537)	390.258.742	228.498	342.547	390.829.787
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>	<b>231.952.414</b>	<b>-</b>	<b>231.952.414</b>	<b>55.631.708</b>	<b>(2.068.440)</b>	<b>285.515.682</b>
Terrenos e recursos naturais	143.926	-	143.926	71	-	143.997
Edifícios e outras construções	221.184.704	-	221.184.704	31.846.771	(1.725.893)	251.305.582
Equipamento básico	10.623.784	-	10.623.784	23.784.866	(342.547)	34.066.103
Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	9.283.871	-	9.283.871	-	(5.988.340)	3.295.531
<b>Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's</b>	<b>3.184.536.662</b>	<b>(199.062.008)</b>	<b>2.985.474.654</b>	<b>60.122.547</b>	<b>(5.991.920)</b>	<b>3.039.605.281</b>

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 nas rubricas de “Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções” e de “Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico”, no montante de 55.631.637 euros referem-se, essencialmente, aos empreendimentos Oriente/Aeroporto e Amadora Este/Reboleira, com 33.512.134 euros e 13.127.553 euros, respetivamente.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2011, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente aos empreendimentos Oriente/Aeroporto, Alameda/S. Sebastião e Amadora Este/Reboleira, nos montantes de 3.513.638 euros, 1.706.658 euros e 452.601 euros respetivamente.



*Handwritten signature and initials: B A T*

As transferências ocorridas durante o exercício de 2011 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 1.725.893 euros e 342.547 euros, respetivamente, referem-se, essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 55.332.634 euros e 40.448.593 euros, respetivamente, os quais referem-se essencialmente a processos intentados relativamente à contestação de adjudicação de obra, processos de expropriações e danos causados por trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede.

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho foi conhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras (Nota 5.4.1). Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2012 qualquer provisão relativa às mesmas, uma vez que caso aquelas indemnizações sejam pagas as mesmas serão registadas como encargos com expropriações na rubrica de ILD “Ativo fixo tangível”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo assumiu indemnização por danos causados com as obras de expansão da rede através de prestações pecuniárias, no montante de 186.791 euros (234.727 euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de 32.111 euros, 102.362.526 euros e 23.532.217 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	-	14.434.991	2.843.581
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	51.203.682	839.353
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	2.759.030	389.360
Interface do Cais do Sodré	-	12.994.391	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	12.826.811	17.096.849
Promoção de acessibilidades	-	1.619.483	-
Outros	32.111	5.067.706	1.098.264
	<b>32.111</b>	<b>102.362.526</b>	<b>23.532.217</b>

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se incluídos os seguintes gastos suplementares:

Gastos capitalizados	2012			2011		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	66.480.672	5.539.415	72.020.087	56.178.659	11.550.009	67.728.668
	66.480.672	5.539.415	72.020.087	56.178.659	11.550.009	67.728.668

## 5.2 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de dezembro de 2012				
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências / Abates	Saldo Final
<b>Ativos intangíveis - ILD's</b>				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.437.156	333	1.713.976	3.151.465
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Ativos intangíveis em curso	3.426.734	24.175	(1.713.976)	1.736.933
<b>Total do ativo intangível bruto - ILD's</b>	<b>6.883.717</b>	<b>24.508</b>	<b>-</b>	<b>6.908.225</b>

O montante de 1.713.976 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita, essencialmente: (i) ao projeto executivo prospeção Geotécnica e Geológica na linha vermelha no montante de 558.763 euros; (ii) ao projeto de prolongamento da linha vermelha Oriente-Aeroporto no montante de 451.370 euros; e (iii) aos estudos de procura no prolongamento da linha vermelha e verde no montante de 110.000 euros.

31 de dezembro de 2011				
Ativo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências / Abates	Saldo Final
<b>Ativos intangíveis - ILD's</b>				
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.437.156	-	-	1.437.156
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Ativos intangíveis em curso	3.414.639	12.095	-	3.426.734
<b>Total do ativo intangível bruto - ILD's</b>	<b>6.871.622</b>	<b>12.095</b>	<b>-</b>	<b>6.883.717</b>

No valor de custo dos ativos intangíveis, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontram-se incluídos os montantes de 16.458 euros e 10.345 euros, respetivamente, relativos a gastos departamentais capitalizados no valor do ativo.



### 5.3 Subsídios

O movimento ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi como segue:

31 de Dezembro de 2012				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	166.664.860	2.950.255	-	169.615.115
Fundo Coesão	270.091.987	53.407.034	-	323.499.021
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
<b>Total de subsídios</b>	<b>870.738.640</b>	<b>56.357.289</b>	<b>-</b>	<b>927.095.929</b>

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de 56.357.289 euros respeita, essencialmente, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão S. Sebastião/Alameda, no montante de 8.671.203 euros e extensão Oriente/Aeroporto, no montante 40.464.836 euros; (ii) PIDDAC, no montante de 2.950.255 euros para a extensão Oriente/Aeroporto.

### 5.4 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento em infraestruturas de longa duração, sendo que a sua decomposição a seguinte:

Descrição	Notas	2012	2011
Conta a receber do Estado:			
Instrumentos financeiros	5.6	1.063.831.614	718.457.722
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	7.675.514	1.691.252
Juros, taxa de aval e imposto do selo	5.4.2	883.409.981	723.214.860
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF's	5.4.2	289.555.301	289.555.301
		<b>2.264.702.560</b>	<b>1.753.149.285</b>

#### 5.4.1 Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 7.675.514 euros em 31 de dezembro de 2012 (1.691.252 euros em 31 de dezembro de 2011) respeita à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados.

#### 5.4.2 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pelo Grupo para o financiamento da atividade de investimentos em infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.



Tal como mencionado na Nota 3.12, o Grupo procedeu à quantificação dos encargos financeiros suportados com as ILD que não foram passíveis de serem capitalizados nas mesmas. Contudo, dada a dificuldade na quantificação deste montante, o Grupo refletiu apenas os encargos financeiros suportados a partir de 1995 e que se encontravam refletidos anteriormente na rubrica de "Resultados transitados", para a rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração - Gastos com empréstimos", tendo o Conselho de Administração optado por fazer refletir nesta rubrica o montante de 289.555.301 euros relativo a juros e outros encargos incorridos pelo Grupo anteriores a 1995, por contrapartida de "Resultados transitados", que serviram para saldar a rubrica de ILD. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2012	2011	Varição do ano
Juros, taxa de aval e imposto do selo	883.409.981	723.214.860	160.195.121
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301	-
<b>Total de gastos de empréstimos</b>	<b>1.193.195.432</b>	<b>1.033.000.311</b>	<b>160.195.121</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2012				31 de Dezembro de 2011			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	139.258	297.349.532	9.457.371	306.946.161	139.257	289.763.990	11.411.104	301.314.351
	139.258	297.349.532	9.457.371	306.946.161	139.257	289.763.990	11.411.104	301.314.351

## 5.5 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Entidade financiadora	2012				2011				Vencimento	Tipo de amortização	
	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total			
<b>Empréstimos obrigacionistas:</b>											
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	23.194.102	30.925.469	77.313.674	7.731.367	30.925.470	38.656.837	15-Out-16	Maturidade
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	4-Dez-26	Maturidade
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	7-Dez-27	Maturidade
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	4-Fev-19	Maturidade
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	23-Dez-25	Maturidade
			7.731.367	1.333.194.102	1.340.925.469	7.731.367	1.246.925.826	1.348.856.837			
<b>Empréstimos bancários:</b>											
ML A	BEI	57.193.405	3.087.708	12.734.442	15.822.150	57.193.405	3.000.000	15.822.150	18.822.150	15-Dez-17	Semestral
ML B	BEI	-	-	-	-	124.699.474	8.949.737	-	8.949.737	15-Set-12	Semestral
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	101.579.594	119.579.594	234.435.012	18.000.000	119.579.594	137.579.594	15-Set-19	Semestral
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	29.927.874	34.915.853	74.819.685	4.987.979	34.915.853	39.903.832	15-Set-19	Semestral
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	36.287.084	41.871.084	54.867.769	5.584.000	41.871.084	47.455.084	15-Jun-20	Semestral
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	46.554.471	53.205.110	99.759.579	6.650.639	53.205.109	59.855.748	15-Dez-20	Semestral
ML III/C	BEI	54.867.769	3.657.851	31.091.736	34.749.587	54.867.769	3.657.851	34.749.587	38.407.438	15-Jun-22	Semestral
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	107.504.090	129.904.090	169.591.285	18.964.847	129.904.090	148.868.937	15-Set-18	Semestral
ML I/3	BEI	124.699.474	7.134.308	115.857.552	122.991.950	124.699.474	1.707.522	122.991.952	124.699.474	15-Set-21	Semestral
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	15-Jun-22	Semestral
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	15-Dez-20	Semestral
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	15-Jun-21	Semestral
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	15-Jun-22	Semestral
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	126.989.391	380.968.173	507.957.564	507.957.564	-	507.957.564	507.957.564	30-Nov-16	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	-	237.747.877	237.747.877	-	-	-	-	30-Nov-17	Semestral
			198.401.868	1.491.072.570	1.283.504.544		71.502.570	1.445.816.068	1.517.310.243		
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>											
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	22-Jul-24	Maturidade
			-	300.000.000	300.000.000		-	300.000.000	300.000.000		
<b>Total dos empréstimos obtidos:</b>			206.223.316	8.118.258.840	8.374.490.013		79.252.942	8.066.742.138	8.105.925.080		

*BA*

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que o Grupo, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD's), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que o Grupo, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

*Handwritten signature and initials: OB A*

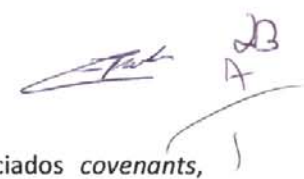
Em 31 de dezembro de 2012, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2014	7.731.367
2015	7.731.367
2016	7.731.368
2017	-
2018 e seguintes	1.310.000.000
	<b>1.333.194.102</b>

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2014	257.928.936
2015	257.928.936
2016	257.928.936
2017	130.939.545
2018 e seguintes	880.346.225
	<b>1.785.072.578</b>





Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31.12.2012	Prazo	Garantias	"Pass Passu"	Cláusula de detenção	"Rating"	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
BEI - ML A	15.822.150	5 de Dezembro de 2017	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML B	-	15 de Setembro de 2012	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/2	119.579.594	15 de Setembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II	34.915.853	15 de Dezembro de 2019	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML III	41.871.084	15 de Junho de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/B	53.205.109	15 de Setembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3	122.991.951	15 de Setembro de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML I/3B	74.819.685	15 de Setembro de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML II/C	34.749.587	15 de Junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML IV	129.904.090	15 de Setembro de 2018	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/A	150.000.000	15 de Dezembro de 2020	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/B	80.000.000	15 de Junho de 2021	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
BEI - ML V/C	80.000.000	15 de Junho de 2022	Não	Não	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa
Schuldchein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000	20 de Julho de 2024	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Merrill Lynch - Private Placement	30.925.469	17 de Outubro de 2016	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública	Não	Sim	Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Emissão Metro 2019	400.000.000	2026	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2026	400.000.000	2027	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2025	110.000.000	2025	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon
Emissão Metro 2027	400.000.000	2019	Não	Sim	Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa / Admitidas à negociação na Euronext Lisbon

### 5.6 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo conforme referido na Nota 3.17, de forma a cobrir o risco financeiro de variação das taxas de juro, contratou SWAP de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração do Grupo, apesar de estes não terem sido avaliados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da política de gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.



*[Handwritten signature and date]*

Em 31 de dezembro de 2012 os contratos de SWAP afetos aos ILD e o justo valor dos mesmos, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data			Capital coberto 31.12.2012			Justo valor		Variação	
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31.12.2012	31.12.2011		
BEI (ML A)	BBVA	02-02-2008	05-12-2005	15-12-2017	-	-	-	-	-	-	
BEI (ML A)	M LYNCH	16-07-2010	15-06-2010	15-12-2017	-	-	-	-	-	-	
BEI (ML B)	BST	18-10-2005	15-09-2005	15-09-2012	18.061.075	761.075	18.822.150	(762.649)	(451.271)	(311.378)	
BEI (ML B)	BARCLAYS	11-07-2008	15-09-2007	15-09-2012	6.234.974	-	-	-	38.700	(38.700)	
BEI (ML B)	BST	31-07-2002	15-03-2003	15-03-2012	-	-	-	-	(23.340)	23.340	
BEI (ML B)	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-09-2012	2.672.181	-	-	-	(12.660)	12.660	
BEI (ML I/2)	DBI	26-03-2010	15-03-2010	15-09-2019	8.907.105	42.632	8.949.737	-	(28.497)	28.497	
BEI (ML I/2)	BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019	78.477.536	-	-	(19.045.304)	(22.131.566)	3.086.262	
BEI (ML II)	JP MORGAN	12-02-2009	15-06-2008	15-12-2019	46.554.470	-	-	(18.359.146)	(4.930.663)	(13.428.483)	
BEI (ML II)	BST	31-07-2002	15-03-2003	15-03-2012	125.032.006	12.547.588	137.579.594	(37.404.450)	(27.062.229)	(10.342.221)	
BEI (ML II)	RBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019	15.961.533	-	-	(709.909)	(183.183)	(526.726)	
BEI (ML II)	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-12-2019	15.961.533	-	-	(588.493)	(399.192)	(189.301)	
BEI (ML III)	M LYNCH	26-09-2003	15-12-2003	15-06-2011	39.903.832	-	-	(1.073.402)	(400.336)	(673.066)	
BEI (ML III)	BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020	-	-	-	-	-	-	
BEI (ML III)	M LYNCH	16-07-2010	15-06-2010	15-06-2020	19.785.650	-	-	-	-	-	
BEI (ML III)	BST	31-07-2002	15-03-2003	15-03-2012	-	-	-	-	(77.388)	77.388	
BEI (ML III)	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-06-2020	11.306.086	-	-	(1.540.599)	(1.820.408)	279.809	
BEI (ML II/B)	DBI	11-02-2008	15-12-2007	15-12-2020	31.091.736	16.363.348	47.455.084	(2.614.001)	(2.298.132)	(315.869)	
BEI (ML I/3)	SG	14-09-2010	15-03-2010	15-09-2021	59.855.748	-	-	(4.973.459)	(3.361.654)	(1.611.805)	
BEI (ML I/3-B)	BNPP	19-05-2009	15-03-2009	15-06-2022	83.132.983	41.566.491	124.699.474	(23.197.067)	(18.104.607)	(5.092.460)	
BEI (ML I/3-B)	BST	31-07-2002	15-03-2003	15-03-2012	24.441.097	-	-	(6.674.285)	(7.630.399)	956.114	
BEI (ML I/3-B)	BARCLAYS	18-02-2011	15-03-2011	15-06-2022	27.932.682	-	-	(4.848.956)	(5.459.346)	610.390	
BEI (ML IV/C)	BNPP	19-05-2009	15-03-2009	15-06-2022	52.373.779	22.445.905	74.819.684	(11.523.241)	(13.305.445)	1.842.208	
BEI (ML IV/C)	BES INV	11-02-2010	15-12-2009	15-06-2022	38.407.438	-	-	(10.717.358)	(12.344.897)	1.627.539	
BEI (ML V/A)	DBI	27-04-2009	15-03-2009	15-12-2020	118.713.900	30.155.038	148.868.938	(9.875.764)	(15.412.249)	5.536.485	
BEI (ML V/B)	BARCLAYS	10-07-2008	15-06-2008	15-06-2021	140.000.000	10.000.000	150.000.000	(30.629.344)	(22.161.604)	(8.467.740)	
BEI (ML V/C)	BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2022	77.333.333	2.666.667	80.000.000	(3.456.427)	7.902.075	(11.358.497)	
BEI (ML V/C)	BNPP	14-02-2006	15-12-2005	15-06-2022	-	-	-	(7.558.349)	(5.537.448)	(2.020.901)	
BEI (ML V/C)	JP MORGAN	31-05-2007	15-12-2006	15-06-2022	40.000.000	-	-	3.243.997	1.069.553	2.174.444	
BEI (ML V/C)	BNPP	26-11-2008	15-09-2008	15-06-2022	40.000.000	-	-	(4.092.389)	(1.764.853)	(2.327.536)	
BEI (REEST-TAKAS FIXAS REVISÍVEIS)	BST	09-05-2006	15-03-2006	15-09-2012	80.000.000	-	-	(7.195.019)	(8.432.665)	(3.762.354)	
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE A	C SUISS	09-06-2008	15-03-2008	15-06-2022	68.274.372	-	-	(43.639.184)	(50.271.813)	6.632.629
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022	-	-	-	(328.218.600)	(106.757.476)	(221.461.124)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE C	JP MORGAN	15-07-2009	15-03-2010	15-06-2022	-	-	-	2.319.737	(225.484)	2.545.221
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE D	CAIXA BI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022	34.137.186	-	-	2.319.737	(225.484)	2.545.221
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE E	DBI	26-03-2010	15-03-2010	15-06-2022	34.137.186	-	-	(3.155.482)	(1.221.344)	(1.934.138)
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE A	MORGAN STANLEY	08-07-2008	22-07-2010	22-07-2024	136.548.744	(136.548.744)	-	(370.373.792)	(158.701.601)	(211.672.191)
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE B	C SUISS	18-04-2011	22-07-2006	22-07-2024	-	-	-	(29.741.487)	(24.580.849)	(5.160.638)
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE C	SG	10-09-2010	22-07-2010	22-07-2024	100.000.000	-	-	10.206.827	7.998.540	2.208.287
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE D	BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024	100.000.000	-	-	(48.734.952)	(38.130.245)	(10.604.707)
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE E	C SUISS	09-03-2010	22-07-2006	22-07-2024	100.000.000	-	-	(29.305.648)	(24.136.994)	(5.168.654)
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016	300.000.000	-	300.000.000	(110.968.632)	(54.041.926)	(56.926.706)	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	16-05-2008	04-12-2007	04-12-2026	46.388.204	-	46.388.204	(1.576.363)	(1.441.825)	(134.538)	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29-11-2010	04-12-2009	04-12-2026	-	-	-	4.018.138	5.293.389	(1.275.251)	
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026	46.388.204	-	46.388.204	2.441.775	3.851.564	(1.409.789)	
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	100.000.000	-	100.000.000	(4.680.152)	(996.861)	(5.683.291)	
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	100.000.000	-	100.000.000	(8.137.557)	(15.401.670)	7.264.113	
OBRIGAÇÕES 2026	C SUISS	09-08-2011	04-12-2010	04-12-2026	70.000.000	-	70.000.000	(23.084.110)	(11.628.863)	(11.455.247)	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	17-05-2007	04-12-2006	04-12-2026	30.000.000	-	30.000.000	13.826.290	3.417.284	10.409.006	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	06-07-2010	04-12-2009	04-12-2026	30.000.000	-	30.000.000	5.270.862	5.252.042	18.820	
OBRIGAÇÕES 2026	JP MORGAN	29-11-2010	04-12-2009	04-12-2026	70.000.000	-	70.000.000	(9.340.360)	(962.533)	(8.377.827)	
OBRIGAÇÕES 2026	BARCLAYS	15-05-2009	04-03-2009	04-12-2026	200.000.000	-	200.000.000	(43.785.452)	(46.936.341)	3.150.889	
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026	170.000.000	-	170.000.000	4.878.720	4.848.207	30.513	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26-03-2010	04-12-2009	04-12-2026	100.000.000	-	100.000.000	(156.215.611)	(145.874.013)	(10.341.598)	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27-07-2009	04-12-2008	04-12-2026	100.000.000	-	100.000.000	(8.880.446)	(5.556.592)	2.176.146	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	26-03-2010	04-12-2009	04-12-2026	70.000.000	-	70.000.000	(63.726.402)	(63.136.898)	(589.504)	
OBRIGAÇÕES 2026	DBI	27-07-2009	04-12-2008	04-12-2026	70.000.000	-	70.000.000	21.392.307	24.639.744	(3.247.437)	
OBRIGAÇÕES 2027	BARCLAYS	20-12-2007	07-12-2007	07-12-2027	1.140.000.000	-	1.140.000.000	(261.711.049)	(247.084.452)	(14.626.597)	
OBRIGAÇÕES 2027	JP MORGAN	07-12-2007	07-12-2007	07-12-2027	200.000.000	-	200.000.000	(23.026.330)	(18.392.382)	(4.633.948)	
OBRIGAÇÕES 2027	BNPP	28-04-2010	07-12-2009	07-12-2027	100.000.000	-	100.000.000	(57.586.032)	(57.204.517)	(381.515)	
OBRIGAÇÕES 2019	BARCLAYS	28-01-2009	04-02-2009	04-02-2019	100.000.000	-	100.000.000	9.914.102	1.266.744	8.647.358	
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15-01-2010	04-02-2010	04-02-2019	400.000.000	-	400.000.000	(70.698.260)	(74.330.155)	3.631.895	
OBRIGAÇÕES 2019	OSI	11-03-2011	04-08-2011	04-02-2019	400.000.000	-	400.000.000	63.929.887	38.880.099	25.049.788	
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS	30-12-2010	30-12-2010	30-12-2030	400.000.000	-	400.000.000	(27.245.001)	(20.802.592)	(6.440.409)	
					300.000.000	-	300.000.000	(51.351.417)	(27.125.777)	(24.225.640)	
					800.000.000	-	800.000.000	(14.664.531)	(9.048.270)	(5.616.261)	
					300.000.000	-	300.000.000	(4.339.693)	(68.557.167)	(25.782.526)	
					4.001.934.857	-	4.001.934.857	(1.063.831.614)	(718.457.722)	(345.373.892)	

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos cash-flows esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar os indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.





O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no saldo da rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" dado que o ativo correspondente, se encontra considerado de forma intrínseca nesta rubrica, compensando o efeito líquido negativo destes swaps em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

### 5.7 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização / remodelação da rede.

### 5.8 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelos gastos com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício de 2013. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui o montante de 2.419.256 euros relativo a gastos com investimentos efetuados em ILD os quais à data ainda não se encontravam faturados.

## 6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis do Grupo, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis	2012							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24.287.679	257.293.917	809.075.432	1.689.687	27.167.500	24.891.978	5.892.580	1.150.298.773
Aquisições	-	1.776	641.895	58.271	219.058	494.051	694.456	2.109.507
Alienações	-	-	(813)	(789.047)	(4.779)	-	-	(794.639)
Transferências	-	-	635.566	-	2.179.814	-	(3.610.960)	(795.580)
Abates	-	-	(1.021)	-	(336.909)	(1.910)	-	(339.840)
<b>Saldo final</b>	<b>24.287.679</b>	<b>257.295.693</b>	<b>810.351.059</b>	<b>958.911</b>	<b>29.224.684</b>	<b>25.384.119</b>	<b>2.976.076</b>	<b>1.150.478.221</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	161.954.051	436.787.733	1.522.901	25.731.441	9.414.227	-	635.410.353
Amortizações do exercício	-	11.027.635	25.749.211	90.800	607.383	887.607	-	38.362.636
Alienações	-	-	(812)	(771.892)	(3.228)	-	-	(775.932)
Abates	-	-	(914)	-	(336.439)	(1.700)	-	(339.053)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>172.981.686</b>	<b>462.535.218</b>	<b>841.809</b>	<b>25.999.157</b>	<b>10.300.134</b>	<b>-</b>	<b>672.658.004</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>24.287.679</b>	<b>84.314.007</b>	<b>347.815.841</b>	<b>117.102</b>	<b>3.225.527</b>	<b>15.083.985</b>	<b>2.976.076</b>	<b>477.820.217</b>

O aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorrido na rubrica de "Equipamento básico" no montante de 641.895 euros resulta, essencialmente, da aquisição de transformadores de tração no montante de 310.764 euros e da ampliação da rede telefónica no montante de 233.661 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2012 para as rubricas de "Equipamento básico" e de "Equipamento administrativo" no montante de 635.566 euros e 2.179.814 euros, respeitam, essencialmente, ao equipamento do material circulante com rádios móveis portáteis e portáteis TETRA,



para efetuar as comunicações privadas no sistema SIRESP e sistema de planeamento ótimo de recursos e gestão em tempo real da operação (sistema PLAGO).

Ativos Fixos Tangíveis	2011							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial	24.287.545	257.288.878	809.099.411	1.671.338	26.613.374	24.686.453	2.432.361	1.146.079.360
Aquisições	134	5.039	65.486	93.319	702.476	209.829	3.488.159	4.564.442
Alienações	-	-	(62.100)	(74.970)	-	-	-	(137.070)
Transferências	-	-	-	-	27.940	-	(27.940)	-
Abates	-	-	(27.365)	-	(176.290)	(4.304)	-	(207.959)
<b>Saldo final</b>	<b>24.287.679</b>	<b>257.293.917</b>	<b>809.075.432</b>	<b>1.689.687</b>	<b>27.167.500</b>	<b>24.891.978</b>	<b>5.892.580</b>	<b>1.150.298.773</b>
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial	-	150.909.995	407.417.798	1.485.232	25.338.985	8.535.079	-	593.687.089
Amortizações do exercício	-	11.044.056	28.086.431	103.446	562.802	883.240	-	40.679.975
Acerto a amortização anos anteriores	-	-	1.361.396	-	-	-	-	1.361.396
Alienações	-	-	(51.469)	(65.777)	-	-	-	(117.240)
Abates	-	-	(26.429)	-	(170.346)	(4.092)	-	(200.867)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>161.954.051</b>	<b>436.787.733</b>	<b>1.522.901</b>	<b>25.731.441</b>	<b>9.414.227</b>	<b>-</b>	<b>635.410.353</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>24.287.679</b>	<b>95.339.866</b>	<b>372.287.699</b>	<b>166.786</b>	<b>1.436.059</b>	<b>15.477.751</b>	<b>5.892.580</b>	<b>514.888.420</b>

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, inclui: (i) 1.571.836 euros relativo à aquisição de equipamentos de venda automática, controle de acessos e monitorização para as novas estações; (ii) 714.526 euros relativo à aquisição de módulos de pagamento eletrónico para integrar nas máquinas de venda de títulos; (iii) 578.333 euros relativo à aquisição de equipamentos de comunicação BACKBONE; (iv) 294.461 euros relativo a despesas com o Sistema Plago – Sistema de Planeamento Ótimo de Recursos e Gestão em Tempo Real da Operação do ML; e (v) 52.009 euros relativo à aquisição de estações de rádio móvel e de portáteis tetra para o material circulante.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2012	2011
Gastos de empréstimos	10.928	67.433
	<b>10.928</b>	<b>67.433</b>

As amortizações do exercício, no montante de 35.862.534 euros (38.180.099 euros em 2011), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” na demonstração dos resultados.

## 7. Locações

### Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.6 o Grupo regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração, três viaturas ligeiras e uma máquina fotocopiadora registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico” e “Ativos fixos tangíveis – equipamento administrativo”, respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2012			2011
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	305.858.686	167.602.380	138.256.306	149.179.914
Equipamento de transporte	93.040	41.781	51.259	24.896
Equipamento administrativo	8.956	8.956	-	1.636
	<b>305.960.682</b>	<b>167.653.117</b>	<b>138.307.565</b>	<b>149.206.446</b>

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 14,738%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Locações Financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2012	2011
Até 1 ano	27.015.633	19.357.352
Entre 1 ano e 5 anos	47.534.578	70.443.178
A mais de 5 anos	15.275.224	22.713.015
	<b>89.825.435</b>	<b>112.513.545</b>

### Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 a Empresa tem responsabilidades com a Hewlett-Packard International Bank não reconhecidas no balanço (Nota 3.6) no montante de 11.305 euros (Nota 18).



Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2012 e 2011 são detalhados conforme se segue:

Locações Operacionais	Pagamentos mínimos	
	2012	2011
Até 1 ano	11.305	13.715
Entre 1 ano e 5 anos		1.172
A mais de 5 anos		
	11.305	14.887

## 8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

	31.12.2012					31.12.2011				
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.282.735	1.905.969	366.891	366.891	3.555.595	1.211.601	1.944.198	399.796	399.796
	3.555.595	1.282.735	1.905.969	366.891	366.891	3.555.595	1.211.601	1.944.198	399.796	399.796

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.7, e os gastos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31.12.2012				31.12.2011			
	Rendimentos de rendas (Nota 28)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 28)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24.726	20.862	71.134	(67.270)	24.288	24.796	71.134	(71.641)
	24.726	20.862	71.134	(67.270)	24.288	24.796	71.134	(71.641)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 38.230 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.



J A

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

### 9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o Grupo evidenciava os seguintes investimentos em associadas e participadas:

	2012									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
<b>Empresas associadas:</b>										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	4.145.816	4.148.684	(2.868)	1.614.964	-	40,00%	-	-	(1.147)
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	3.845.496	3.560.790	284.707	5.622.283	284.707	50,00%	142.354	142.354	418.391
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	75.923.772	86.963.811	(11.040.038)	4.743.005	(583.802)	16,00%	(98.408)	312.346	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	14.050.474
OTIS, A.C.E.	Lisboa	2.292.320	1.534.599	757.721	2.911.556	277.889	14,29%	39.710	108.246	108.246
<b>Total</b>										<b>14.575.934</b>

a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2012.  
b) Informação não disponível

	2011									
	Sede	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
<b>Empresas associadas:</b>										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	2.595.705	3.598.573	(2.868)	1.781.984	(143.333)	40,00%	(57.333)	-	(1.147)
Femave, S.A.	Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	6.848.653	6.563.257	285.396	6.153.853	285.396	50,00%	142.698	142.698	290.310
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	b)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	77.479.614	87.169.956	(9.690.342)	5.042.609	(874.806)	16,00%	(139.969)	312.346	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	8.998.267
OTIS, A.C.E.	Lisboa	3.476.800	1.730.125	1.746.675	3.279.937	495.176	14,29%	70.736	70.736	249.525
<b>Total</b>										<b>9.536.975</b>

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pela Empresa direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

A participação financeira que a Empresa detém na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., encontra-se registada por valor nulo, dado ser entendimento do Conselho de Administração que apesar da atual situação económica desta associada, a qual segundo informação financeira em 31 de dezembro de 2012 apresenta perdas acumuladas de 11.040.038 euros, não decorrerão perdas adicionais para o Grupo.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.052.207 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2012, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 14.050.474 euros. O Grupo não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa reconheceu a sua quota-parte nas perdas acumuladas apresentadas pela participada Publimetro, S.A., no montante de 1.147 euros.

*BA*

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pelo Grupo no decurso do exercício de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	539.855	9.310.613	9.850.468
Aplicação do método da equivalência patrimonial	167.792	-	167.792
Dividendos	(49.311)	-	(49.311)
Outras variações no capital próprio - subsídios	(131.634)	-	(131.634)
Aumento de suprimentos - GIL	-	5.052.207	5.052.207
Outras variações	(45)	-	(45)
<b>Saldo final</b>	<b>526.657</b>	<b>14.362.820</b>	<b>14.889.477</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
<b>Saldo final</b>	<b>(313.493)</b>	<b>-</b>	<b>(313.493)</b>
<b>Activo líquido</b>	<b>213.164</b>	<b>14.362.820</b>	<b>14.575.984</b>

	2011		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
<b>Participações financeiras</b>			
Saldo inicial	484.005	5.131.967	5.615.972
Aplicação do método da equivalência patrimonial	157.277	-	157.277
Dividendos	(59.035)	-	(59.035)
Outras variações no capital próprio - subsídios	(42.407)	-	(42.407)
Aumento de suprimentos - GIL	-	4.178.646	4.178.646
Outras variações	15	-	15
<b>Saldo final</b>	<b>539.855</b>	<b>9.310.613</b>	<b>9.850.468</b>
<b>Perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	(312.346)	-	(312.346)
Perdas por imparidade do exercício - Publímetro	(1.147)	-	(1.147)
<b>Saldo final</b>	<b>(313.493)</b>	<b>-</b>	<b>(313.493)</b>
<b>Activo líquido</b>	<b>226.362</b>	<b>9.310.613</b>	<b>9.536.975</b>



## 10. Derivados

O saldo das rubricas "Derivados" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado por uma entidade independente, diferente daquela com a qual os mesmos foram contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data			Capital	Justo valor				
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final		31.12.2012		31.12.2011		Variação
						Activo	Passivo	Activo	Passivo	
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11-03-2011	21-07-2010	21-07-2016	71.042.080	16.260.790	-	8.648.218	-	7.612.572
GOLDMAN SACHS (SCHULDSCHEIN)	GSI	11-03-2011	24-07-2010	24-07-2016	50.000.000	11.573.189	-	6.203.110	-	5.370.079
DB EXPORT/95	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2013	26.199.752	-	(510.593)	-	(1.049.048)	538.455
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	29.132.966	-	(1.706.142)	-	(2.008.031)	301.889
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	-	-	(48.770.499)	-	(63.505.413)	14.734.914
BSN-CGD (US LEASE)	JP MORGAN	15-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	57.050.204	4.700.505	-	4.916.378	-	(215.873)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	-	4.700.505	-	4.916.378	-	(215.873)
TREM I	C SUISSSE	16-11-2009	20-03-2007	20-03-2020	75.227.378	-	(1.816.003)	-	(7.369.895)	5.553.892
TREM II	C SUISSSE	16-11-2009	24-03-2007	24-09-2021	82.949.743	-	(3.030.532)	-	(11.809.381)	8.778.849
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	85.072.763	-	(166.698.901)	-	(119.222.995)	(47.475.906)
TREM II (2ª TRANCHE)	JP MORGAN	08-07-2008	23-03-2008	23-09-2022	-	10.561.546	-	11.495.006	-	(933.460)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2014	150.000.000	-	(5.721.988)	-	(5.393.975)	(328.013)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2016	25.500.000	-	(2.084.251)	-	(1.354.825)	(729.426)
DEUTSCHE BANK (SCHULDSCHEIN)	DBI	27-07-2009	18-08-2009	18-08-2016	24.500.000	739.133	-	345.980	-	393.153
					676.674.886	48.575.668	(230.338.909)	36.525.070	(211.713.563)	(6.614.748)

A metodologia utilizada pelo avaliador Independente na quantificação do valor daqueles contratos consiste na projeção dos cash-flows esperados no futuro, atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual, de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O efeito da variação do justo valor dos derivados no exercício de 2012, no montante de 6.614.748 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2012, efetuada pelo avaliador independente, e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pelo Grupo, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.6), seria como segue:

	+1%	-1%
Justo Valor	332.932.557	(277.450.144)
	332.932.557	(277.450.144)

## 11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente", nos montantes de 17.539.253 euros e 24.351.216 euros, respeita a uma garantia adicional que o Grupo teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à República Portuguesa.



## 12. inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os inventários eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2012			2011		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	1.002.947	(380.000)	622.947	931.921	(330.000)	601.921
Ferramentas	22.722	-	22.722	33.997	-	33.997
Produtos de limpeza	19.668	-	19.668	17.439	-	17.439
Combustíveis	26.900	-	26.900	19.261	-	19.261
Títulos de transporte	130.064	-	130.064	607.796	-	607.796
Outros materiais	400.317	-	400.317	564.672	-	564.672
	<b>1.602.618</b>	<b>(380.000)</b>	<b>1.222.618</b>	<b>2.175.086</b>	<b>(330.000)</b>	<b>1.845.086</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Grupo não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

### Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2012	2011
Saldo inicial	2.175.086	1.844.236
Compras	2.093.143	2.403.145
Regularizações	(460.207)	94.462
Saldo final	1.602.618	2.175.086
	<b>2.205.404</b>	<b>2.166.757</b>

### Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	330.000	50.000	-	380.000
	<b>330.000</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>	<b>380.000</b>

J.B. 17  
J

Perdas por Imparidade - Inventários	2011			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	280.000	50.000	-	330.000
	280.000	50.000	-	330.000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram registados na rubrica de “Imparidade de inventários – (perdas/reversões)” na demonstração dos resultados.

### 13. Clientes e outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de “Clientes e outros ativos” apresentavam a seguinte composição:

Clientes e outros ativos	2012			2011		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
<b>Não correntes:</b>						
Outros ativos	12.433.723	-	12.433.723	12.445.631	-	12.445.631
	12.433.723	-	12.433.723	12.445.631	-	12.445.631
<b>Correntes:</b>						
Clientes	13.077.931	(73.938)	13.003.993	13.766.321	(418.530)	13.347.791
Outros ativos	77.961.337	(4.458.989)	73.502.348	80.623.429	(5.344.906)	75.278.523
	91.039.268	(4.532.927)	86.506.341	94.389.750	(5.763.436)	88.626.314
	103.472.991	(4.532.927)	98.940.064	106.835.381	(5.763.436)	101.071.945

O detalhe da rubrica de “Clientes” e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Associadas e participadas (Nota 31)	4.595.429	-	4.339.011	-
GIBB Portugal	835.658	-	1.313.371	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	278.650	-	-	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	188.309	-	188.309	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	180.615	-	190.147	-
Simtejo	59.624	-	59.624	-
Direção Geral de Transportes Terrestres	23.644	-	233.649	-
Refer	1.045	-	1.045	-
Outros	6.451.574	-	6.977.782	-
	13.077.931	-	13.766.321	-
Imparidade de contas a receber de clientes	(73.938)	-	(418.530)	-
	13.003.993	-	13.347.791	-



De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, a antiguidade do saldo de "Clientes" é como segue:

Clientes	31.12.2012	31.12.2011
Não vencido	1.910.044	52.539
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	2.159.074	4.433.929
90-180 dias	716.617	2.832.234
180-360 dias	1.564.776	2.366.465
+360 dias	6.579.543	3.244.096
Vencido e ajustado:		
0-90 dias		
90-180 dias		
180-360 dias		
+360 dias	73.938	418.530

Outros ativos	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7.980.766	-	7.980.766	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	3.440.155	-	3.740.855	-
Transtejo	2.577.739	12.002.602	2.586.074	12.002.602
Receitas de tráfego	1.230.036	-	743.239	-
Associadas e participadas (Nota 31)	896.968	-	725.938	-
Trabalhos por conta de terceiros	53.562.488	-	52.864.466	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	491.366	-	963.706	-
Pessoal	391.497	-	884.472	-
Rodoviária de Lisboa	199.177	-	908.999	-
Câmara Municipal do Barreiro	151.833	-	2.807.530	-
Câmara Municipal de Lisboa	18.054	413.067	68.766	413.067
Refer	-	-	114.414	-
Outros	7.021.258	18.054	6.234.204	29.962
	<b>77.961.337</b>	<b>12.433.723</b>	<b>80.623.429</b>	<b>12.445.631</b>
Imparidade de outros ativos	(4.458.989)	-	(5.344.906)	-
	<b>73.502.348</b>	<b>12.433.723</b>	<b>75.278.523</b>	<b>12.445.631</b>
	<b>86.506.341</b>	<b>12.433.723</b>	<b>88.626.314</b>	<b>12.445.631</b>



*[Handwritten signature]*

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, a antiguidade do saldo de "Outros ativos" é como segue:

Outros ativos	31.12.2012	31.12.2011
Não vencido	1.712.384	1.656.065
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	665.332	9.920.347
90-180 dias	120.685	437.677
180-360 dias	1.751.175	8.211.867
+360 dias	77.227.506	62.153.292
Vencido e ajustado:		
0-90 dias		
90-180 dias		
180-360 dias		
+360 dias	4.458.989	5.344.906

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2012 da compensação total, o Grupo recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo a parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros ativos correntes" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que o Grupo concluiria a construção e daria início a exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre o Grupo, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que o Grupo pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável à implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo o Grupo capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras passivos", pelo mesmo montante (Nota 23).



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o Grupo celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

Decorrente deste contrato, a Transtejo obrigava-se a pagar ao Grupo, anualmente, o montante de 1.000.000 euros, sendo que tal como contratualizado o mesmo poderá ser reduzido para 500.000 euros caso aquela entidade assim o comunique ao Grupo. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Transtejo não procedeu ao pagamento de qualquer montante ao Grupo.

Esta conta a receber vence juros a taxas normais de mercado. Contudo, o Grupo por uma questão de prudência não reconheceu os juros relativos aos exercícios de 2012 e 2011. O montante classificado como não corrente tem o seguinte plano de pagamentos:

Ano	Montante
2013	1.000.000
2014	1.000.000
2015	1.000.000
2016	1.000.000
2017 e seguintes	8.002.602
	<b>12.002.602</b>

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é próximo do seu justo valor.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, essencialmente, os montantes de 33.865.383 euros (o qual inclui o montante de 1.037.585 euros relativo às obras efetuadas no terminal da Transtejo no Cais Sodré e o montante de 32.827.798 euros relativo às obras efetuadas pela Empresa no Terreiro do Paço) e relativamente ao qual o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação), 9.550.544 euros e 7.292.390 euros relativos a obras efetuadas pela Empresa por conta da Câmara Municipal de Lisboa e da Refer, respetivamente.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2012 e 2011 foi como segue:

Imparidades	2012					2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	418.530	12.690	(357.282)	-	73.938	502.962	10.285	(2.594)	(92.123)	418.530
De outras contas a receber	5.344.906	-	(885.917)	-	4.458.989	5.505.371	-	(160.465)	-	5.344.906
	<b>5.763.436</b>	<b>12.690</b>	<b>(1.243.199)</b>	<b>-</b>	<b>4.532.927</b>	<b>6.008.333</b>	<b>10.285</b>	<b>(163.059)</b>	<b>(92.123)</b>	<b>5.763.436</b>

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

#### 14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2012	2011
Seguros pagos antecipadamente	42.863	92.821
Rendas pagas antecipadamente	65.756	66.620
Encargos com contratos de leasing	2.048.687	2.356.969
Encargos com financiamentos	1.198.563	1.600.617
	<b>3.355.869</b>	<b>4.117.027</b>

A rubrica “Diferimentos - encargos com contratos de leasing”, no montante de 2.048.687 euros, respeita a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

#### 15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 603.750.000 euros, e detido na totalidade pelo Estado Português.

As demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, consideradas para efeitos de consolidação, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

#### 16. Interesses sem controlo

O movimento ocorrido nos interesses sem controlo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi como segue:

Empresa	Saldo inicial	Resultado líquido	Saldo final
TREM I	(9.451.385)	(1.249.895)	(10.701.280)
TREM II	(17.286.095)	(2.976.392)	(20.262.487)
	<b>(26.737.480)</b>	<b>(4.226.287)</b>	<b>(30.963.767)</b>



## 17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Provisões e Passivos contingentes	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Provisões para riscos e encargos					
Processos judiciais em curso	1.799.877	160.297	(1.043.858)	(193.217)	723.099
Juros a liquidar	261.881	-	-	-	261.881
Impostos	217.694	-	-	-	217.694
Reestruturação	365.910	-	-	(80.769)	285.141
Contratos onerosos	211.649	25.875	-	(129.186)	108.338
Despesas com pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	<b>2.999.982</b>	<b>186.172</b>	<b>(1.043.858)</b>	<b>(403.172)</b>	<b>1.739.124</b>
Outras provisões:					
Outras	27.691	-	-	-	27.691
	<b>27.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.691</b>
	<b>3.027.673</b>	<b>186.172</b>	<b>(1.043.858)</b>	<b>(403.172)</b>	<b>1.766.815</b>

Provisões e Passivos contingentes	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Provisões para riscos e encargos					
Processos judiciais em curso	1.585.441	1.024.854	(670.418)	(140.000)	1.799.877
Juros a liquidar	261.881	-	-	-	261.881
Impostos	217.694	-	-	-	217.694
Reestruturação	-	365.910	-	-	365.910
Contratos onerosos	578.275	45.005	(411.631)	-	211.649
Despesas com pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	<b>2.786.262</b>	<b>1.435.769</b>	<b>(1.082.049)</b>	<b>(140.000)</b>	<b>2.999.982</b>
Outras provisões:					
Outras	-	27.691	-	-	27.691
	<b>-</b>	<b>27.691</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.691</b>
	<b>2.786.262</b>	<b>1.463.460</b>	<b>(1.082.049)</b>	<b>(140.000)</b>	<b>3.027.673</b>

O montante de 1.043.858 euros registado como reversão de provisão para "Processos judiciais em curso", respeita a processos intentados contra o Grupo por danos causados pelas obras realizadas, as quais se encontram afetas aos ILD.

### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 3.694.154 euros, os quais referem-se essencialmente, a um processo intentado a contestar a adjudicação de uma obra, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados

[Handwritten signature] A B

com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho conhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2012 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

#### **Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na demonstração da posição financeira**

##### **a) Responsabilidades com saúde**

O Grupo tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram registados encargos de saúde no montante de 899.778 euros (Notas 3.16 e 27), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

##### **b) Compromissos com fornecedores de imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 89.825.435 euros (Nota 7 e 18) e 112.513.495 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede.

##### **c) Cartas de crédito**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa tinha assumido compromissos através de duas cartas de crédito com o BNP Paribas, no âmbito do financiamento da aquisição de material circulante, no montante de 12.029.142 dólares e de 12.078.049 dólares.



## 18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2012			2011			Vencimento	Tipo de amortização
		Límite	Montante utilizado		Límite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
<b>Instituições financeiras:</b>									
<b>Empréstimos bancários:</b>									
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas	-	-	-	50.000.000	50.000.000	-	9-Ago-12	Maturidade
Emp. CP 50 M EUR	BNP Paribas 2014	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	-	-
Emp. CP 175 M EUR	Barclays Bank	-	-	-	175.000.000	175.000.000	-	-	-
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000	21-Jul-16	Maturidade
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	24-Jul-16	Maturidade
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	18-Ago-16	Maturidade
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F (2011)	105.974.436	26.493.609	79.480.827	105.974.436	-	105.974.436	30-Nov-16	Semestral
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F (2012)	410.833.969	-	410.833.969	-	-	-	30-Nov-17	Semestral
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50.000.000	1.353.608	34.949.505	50.000.000	1.310.575	36.303.114	20-Mar-20	Semestral
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	1.353.608	34.949.505	50.000.000	1.310.575	36.303.114	20-Mar-20	Semestral
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.333.952	38.820.661	52.777.778	1.320.258	40.154.613	24-Ser-21	Semestral
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	666.977	19.410.330	26.388.889	660.129	20.077.307	24-Ser-21	Semestral
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	666.977	19.410.330	26.388.889	660.129	20.077.307	24-Ser-21	Semestral
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.322.101	39.925.285	52.777.778	1.288.996	41.247.385	23-Ser-22	Semestral
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	661.051	19.962.642	26.388.889	644.498	20.623.693	23-Ser-22	Semestral
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	661.051	19.962.642	26.388.889	644.498	20.623.693	23-Ser-22	Semestral
<b>Total Empréstimos bancários</b>			<b>84.512.934</b>	<b>917.705.694</b>		<b>282.839.658</b>	<b>541.384.662</b>		
<b>Linhas de crédito:</b>									
	Barclays Bank	-	-	-	25.000.000	24.935.491	-	24-Jul-12	Rolllover
	BNP Paribas	-	-	-	100.000.000	84.951.658	-	-	-
<b>Total Linhas de crédito</b>						<b>109.887.149</b>			
<b>Locações financeiras:</b>									
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	18.365.631	-	-	7.834.121	18.365.631	30-Dez-13	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	5.243.636	18.946.700	-	4.942.630	24.190.336	30-Dez-15	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	-	3.367.190	43.846.560	-	6.488.890	50.560.858	2-Jan-19	Semestral
Emp. CP/LP M EUR	BBVA Financiamento	-	15.641	-	-	67.468	-	-	-
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH - Sucursal Portugal	-	23.535	16.542	-	24.243	39.368	28-Jun-14	Mensal
<b>Total de Locações financeiras</b>			<b>27.012.833</b>	<b>62.808.802</b>		<b>19.357.352</b>	<b>93.156.193</b>		
<b>Encargos financeiros</b>						<b>(4.502)</b>			
<b>Total instituições financeiras</b>			<b>111.528.567</b>	<b>980.515.498</b>		<b>412.079.657</b>	<b>634.540.855</b>		

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação económica dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.436 euros, estão associados à gestão de infraestruturas e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo procedeu ao reembolso dos empréstimos contratados junto do BNP Paribas e Barclays Bank, nos montantes de 50.000.000 euros e 175.000.000 euros, respetivamente, em consequência do seu vencimento, tal como estipulado



contratualmente. Adicionalmente, o Grupo reembolsou as linhas de crédito que tinha contratualizado com aquelas duas instituições, no montante global de 109.887.149 euros, em resultado do encerramento das mesmas, tal como estipulado contratualmente.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2014	187.557.748
2015	137.751.199
2016	138.001.812
2017	111.766.232
2018 e seguintes	342.628.705
	<b>917.705.696</b>

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, o Grupo celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de leasing, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2012, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 42.555.967 euros (18.946.700 euros classificados como não corrente e 23.609.267 euros como corrente).

Em 31 de dezembro de 1998, o Grupo celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2012, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 47.213.750 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração e quatro viaturas ligeiras, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 7)	26.976.457	62.793.260	89.769.717
3 Viaturas ligeiras (Nota 7)	39.176	16.542	55.718
	<b>27.015.633</b>	<b>62.809.802</b>	<b>89.825.435</b>

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2014	12.431.276
2015	20.434.554
2016	7.238.201
2017	7.430.547
2018 e seguintes	15.275.224
	<b>62.809.802</b>

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre 3,328% e 14,738%.

Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo tinha uma linha de crédito, no montante de 50.000.000 euros, a qual se encontra totalmente utilizada.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

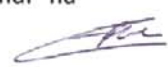
O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

Em 31 de dezembro de 2012 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Contrato	Montante em dívida em 31.12.2012	Plano	Garantias	Part. Passo	Cláusula de detenção	Rating	"Cross default"	Outras cláusulas relevantes
BIF Paris	50.000.000	8 de Maio de 2014	Sim - nos termos identificados no Anexo A	Sim	Perda de qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	n/a
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100.000.000	10 de Julho de 2016	Sim	Sim	Perda de qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não a terção substancial de natureza ou do objecto social de empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	24 de Julho de 2016	Sim	Sim	Perda de qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	Não	Sim	"Negative Pledge" / Não a terção substancial de natureza ou do objecto social de empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com a Deutsche Bank AG e o Davia Secedell, S.A., sucursal em Portugal em 24 de Julho de 2009, alterado em 28 de Janeiro de 2011, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	18 de Julho de 2014	Sim	Sim	Perda de qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	(2 notches abaixo de A+ para S&P ou A3 para Moody's) (esta cláusula foi eliminada no aditamento de 2011)	Sim	"Negative Pledge" / Contrato com Garantia da República Portuguesa

O "downgrade" do rating da Empresa e do banco internacional emissor da carta de crédito associados às operações US Cross Border Lease, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de US Cross Border Lease, respeitantes ao financiamento do material circulante.

A resolução deste incumprimento será objeto de negociação com os investidores estrangeiros, contando o Metropolitano com a colaboração de consultores com experiência internacional na negociação deste tipo de transações.

17  
20  


**19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos**

Conforme mencionado na Nota 3.16, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2012, o número de empregados ativos, e reformados /pensionistas abrangidos ascendia a 1.127 e 1.449, respetivamente (1.183 e 1.401 em 31 de dezembro de 2011).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço do Grupo, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, o Grupo decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2012	2011
Trabalhadores activos	56.655.595	66.811.180
Reformados	206.083.505	195.883.985
	262.739.100	262.695.165



O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2012 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2012	2011
Tábuas de mortalidade	TV88/90 - França	TV88/90 - França
Tábuas de invalidez	EVK 80 - Suíça	EVK 80 - Suíça
Taxa média de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa média anual do rendimento do fundo	3,75%	6%
Taxa média anual de crescimento de pensões	1%	2%
Taxa média anual de atualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	2,50%	5%

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reconhecidas perdas atuariais decorrentes da alteração da taxa de desconto de 6% para 3,75%, e ganhos atuariais resultantes da adoção do esquema de benefícios face ao regime atualmente em vigor, nomeadamente da atualização das tabelas salariais com impacto no salário pensionável.

Na determinação das responsabilidades dos benefícios pós-emprego com referência a 31 de dezembro de 2011, a entidade independente procedeu à alteração da tábua de mortalidade utilizada para a determinação das referidas responsabilidades, passando adotar a TV 88/90, dado ser entendimento que esta tábua e a que melhor se adequa às características da população afeta.

A evolução nas responsabilidades o Grupo com pensões no exercício de 2012 e 2011 foi como se segue:

	2012	2011
Responsabilidades totais no início do período	262.695.165	229.032.219
Custos dos serviços correntes	3.373.150	2.327.075
Custo dos juros	15.761.710	13.102.053
Benefícios pagos no exercício	(13.604.173)	(12.532.891)
(Ganhos) / perdas atuariais do exercício	(5.486.752)	30.766.709
<b>Reponsabilidades totais no fim do período</b>	<b>262.739.100</b>	<b>262.695.165</b>

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2012, nos montantes de 3.373.150 euros e 15.761.710 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 5.486.752 euros e 30.766.709 euros, relativo a ganhos atuariais e perdas atuariais, respetivamente, apuradas nos exercícios, por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.16).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 262.739.100 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego".

Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo não tem constituído qualquer fundo para fazer face aquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas na demonstração da posição financeira.

## 20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 detalha-se como segue:

Fornecedores	2012	2011
Fornecedores:		
CJC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
Emel	290.726	290.986
Companhia Carris de Ferro	158.937	245.864
Iberlin, S.A.	109.238	444.825
Eurest, S.A.	65.956	219.416
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	24.521	122.956
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	23.524	461.596
Optimus Comunicações, S.A.	10.683	24.653
Empresas do Grupo (Nota 31)	2.192	795.550
Grupo 8- Vigilância e Prevenção	863	590.594
2045 Empresa de Segurança	-	1.883.004
Edp Comercial	-	1.676.269
Iss Facility Services	-	239.327
Safira Facility Services	-	229.915
Polícia de Segurança Pública	-	13.639
Vadeca Ambiente	-	1.244
Outros	5.788.213	7.790.929
	<b>7.165.353</b>	<b>15.721.267</b>

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, o saldo de “Fornecedores” apresenta os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores	31.12.2012	31.12.2011
Não vencido	852.400	5.283.880
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	99.805	2.639.084
90-180 dias	60.974	1.014.870
180-360 dias	266.360	1.286.393
+360 dias	5.885.813	5.497.040
Vencido e ajustado:		
0-90 dias		
90-180 dias		
180-360 dias		
+360 dias		

## 21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:



J. B. A.

Estado e outros entes públicos	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	303.937	-	286.224	-
Estimativa de imposto	(160.760)	128.086	(154.033)	171.429
Retenções na fonte	2.545.727	(362.436)	2.525.934	(420.551)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	760.177	-	917.180
Imposto sobre o valor acrescentado	1.797.236	18.396	845.338	1.809.139
Contribuições para a Segurança Social	-	1.221.435	-	1.467.490
Outros Impostos	158.429	2.195.685	612.655	264.271
	<b>4.644.569</b>	<b>3.961.343</b>	<b>4.116.118</b>	<b>4.208.958</b>

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2012, os quais serão liquidados em janeiro de 2013.

O montante de 2.195.685 euros registado na rubrica do passivo "Outros impostos", inclui o montante de 1.893.294 euros a pagar à Caixa Geral de Aposentações decorrente do OE 2012, e que se refere ao subsídio de férias e de natal dos pensionistas, cujo pagamento foi suspenso, consistindo este montante numa contribuição extraordinária.

## 22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2012	2011
Imposto corrente	288.845	325.462
	<b>288.845</b>	<b>325.462</b>

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respetivo lucro tributável. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 1 de Janeiro de 2010), poderiam ser relevantes para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento do Conselho de Administração da Empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável do exercício de 2012, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 769.533.803 euros e 830.528.648 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2012		2011	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2006	-	-	143.790.051	2012
Gerados em 2007	118.382.911	2013	118.382.911	2013
Gerados em 2008	120.689.141	2014	120.689.141	2014
Gerados em 2009	147.456.480	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010	158.393.266	2014	158.393.266	2014
Gerados em 2011	141.816.799	2015	141.816.799	2015
Gerados em 2012	82.795.206	2017	-	-
	<b>769.533.803</b>		<b>830.528.648</b>	

### 23. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de "Outros passivos" apresentava a seguinte composição:

Outras passivos	2012	2011
Não corrente:		
Subsídios ao investimento a reconhecer	19.918.353	22.824.584
	<b>19.918.353</b>	<b>22.824.584</b>
Corrente:		
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	451.681	564.771
Rodoviária de Lisboa	-	142.030
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	3.888.835
Transtejo	-	17.795
Outros	231.945	219.412
Empresas do grupo	274.430	571.681
Subsídios ao investimento a reconhecer	2.906.231	2.906.231
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	9.435.652	4.927.416
Compensação por caducidade de contratos	318.448	305.517
Juros vincendos e não pagos	13.906.603	4.877.208
Credores por acréscimos de gastos	3.277.527	3.550.857
Leasings financeiros - mais valias diferidas	2.024.861	2.471.490
Receitas de tráfego	1.290.812	1.205.635
Rendimento de imóveis	47.084	49.339
Facturação antecipada	80.890	225.271
Outros	563.257	6.950.420
	<b>41.892.351</b>	<b>39.956.838</b>
	<b>61.810.704</b>	<b>62.781.422</b>



*7B*

O aumento ocorrido na rubrica "Férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais" respeita às responsabilidades a incorrer pelo Grupo, em resultado da decisão do Tribunal Constitucional relativa ao Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O aumento da rubrica de "Juros vincendos e não pagos" resulta dos juros a pagar à DGTF dado que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o Grupo não procedeu à liquidação de qualquer montante. Em 31 de dezembro de 2012, o montante a pagar ascendia a 85.744.000 euros (110.849 euros em 31 de dezembro de 2011).

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pelo Grupo com investimentos realizados, relativamente aos quais à data de relato ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

As mais-valias decorrentes dos contratos de leasing financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 28).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o Grupo beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídio	2012						
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 28)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2013	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.273.544	494.838	494.838	3.174.498
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	35.373.126	2.411.393	2.411.393	16.743.855
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	42.646.670	2.906.231	2.906.231	19.918.353

Subsídio	2011						
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 28)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2013	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	6.778.707	494.838	494.838	3.669.335
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	32.961.732	2.411.393	2.411.393	19.155.249
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	39.740.439	2.906.231	2.906.231	22.824.584

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.



## 24. Rédito

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2012	2011
Vendas:		
Sucatas	1.031	1.530
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	78.381.310	63.751.751
Serviços secundários	1.523.525	1.642.835
Consultoria técnica	4.466.001	7.845.991
Contratos de arrendamento	366.369	1.126.251
Contratos de exploração	2.271.525	2.282.563
Outros	1	197
	<b>87.009.762</b>	<b>76.651.118</b>

## 25. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Subsídios à exploração	2012	2011
Indemnização compensatória	44.000.000	42.000.000
Passe 4_18	539.854	1.012.918
Passe Sub23	1.017.800	2.029.731
Paii-Programa Apoio Integrado a Idosos	142.623	136.409
Passe Social +	401.917	-
Outros subsídios	41.846	-
	<b>46.144.040</b>	<b>45.179.058</b>

Em 31 de dezembro de 2012 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012 de 31 de maio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4\_18@escola.tp e para o passe sub23@superior.tp no montante de 1.651.113 euros (1.557.654 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 3.225.208 euros (3.042.649 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

## 26. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2012	2011
Eletricidade	8.059.749	8.783.095
Rendas e alugueres	1.099.945	2.113.869
Vigilância e segurança	5.881.160	6.198.377
Conservação e reparação	5.227.974	4.737.719
Limpeza, higiene e conforto	3.031.433	3.196.254
Trabalhos especializados	1.196.133	2.480.518
Honorários	89.857	122.801
Deslocações e Estadas	146.053	124.945
Outros	3.375.364	3.965.032
	<b>28.107.668</b>	<b>31.722.610</b>

A diminuição verificada nas rubricas de "Eletricidade", "Limpeza, higiene e conforto" e "Vigilância e segurança" resulta da contenção de gastos e redução da cadência de comboios.

## 27. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	350.847	542.099
Remunerações do pessoal	52.052.556	56.444.084
Benefícios pós-emprego	13.604.173	12.532.891
Encargos sobre remunerações	11.400.881	12.723.201
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais (Nota 18)	901.200	961.245
Gastos de ação social	1.170.209	1.140.711
Outros	1.772.341	1.909.392
	<b>81.252.207</b>	<b>86.253.623</b>

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, na rubrica de "Remunerações do pessoal", resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei 64-B-2011 do "Orçamento de Estado 2012".

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número médio de trabalhadores foi de 1659 e 1817 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1645 e 1731 pessoas, respetivamente.



## 28. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2012	2011
Subsídio para investimentos (Nota 23)	2.906.231	2.906.231
Juros de mora	657.155	697.158
Venda de energia	470.794	371.631
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	203.299	257.558
Recuperação de encargos	120.948	214.151
Ganhos em inventários - sobras	53.711	337.625
Cedência do espaço	41.585	44.365
Rendas de imóveis (Nota 8)	24.726	24.288
Diferenças de câmbio	-	825.412
Outros	750.925	3.602.810
	<b>5.676.003</b>	<b>9.727.858</b>

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2012 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 23).

## 29. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2012	2011
Juros de mora	536.731	335.441
Donativos	231.559	329.596
Perdas em inventários	88.302	237.844
Impostos	508.402	480.386
Quotizações	120.099	121.041
Correcções de exercícios anteriores	271.161	31.647
Dívidas incobráveis	2.334	-
Outros	839.503	429.945
	<b>2.598.091</b>	<b>1.965.900</b>

A rubrica de "Juros de mora" em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.



### 30. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2012	2011
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados com financiamentos bancários	46.703.618	58.447.716
Locações financeiras	8.570.460	7.596.917
Outros gastos financeiros	22.802.422	13.133.117
	<b>78.076.500</b>	<b>79.177.750</b>
<b>Rendimentos de juros</b>		
Juros obtidos em aplicações financeiras	71.733	27.895
	<b>71.733</b>	<b>27.895</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(78.004.767)</b>	<b>(79.149.855)</b>

O montante de 8.570.460 euros, registado na rubrica de “Locações financeiras” respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pelo Grupo (Nota 18).

### 31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2012						
	Contas a receber			Diferimentos	Contas a pagar		Efeito líquido
	Cientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	Outras contas a receber (Nota 13)	Rendimentos a reconhecer	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	
	Total		Total	Ferconsult		Total	
<b>Associadas</b>							
Publimento	3.379.686	-	269.499	-	-	-	3.649.185
Ensitrans A.E.I.E.	1.215.743	-	627.469	-	-	400.319	1.442.893
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
Otis, A.C.E.	-	-	-	-	2.192	-	(2.192)
<b>Empresas relacionadas</b>							
GIL, S.A.	-	14.050.474	-	-	-	-	14.050.474
	<b>4.595.429</b>	<b>14.050.474</b>	<b>896.968</b>	<b>-</b>	<b>2.192</b>	<b>400.319</b>	<b>19.140.360</b>

*JP* *JB*  
7

Partes relacionadas	2011						
	Contas a receber			Diferimentos	Contas a pagar		Efeito líquido
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	Outras contas a receber (Nota 13)	Rendimentos a reconhecer	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	
<b>Associadas</b>							
Fernave, S.A.	800	-	-	-	-	-	800
Publimento	1.244.251	-	269.499	-	-	-	1.513.750
Ensitrans A.E.I.E.	2.948.135	-	456.439	121.154	-	704.937	2.578.483
<b>Empreendimentos conjuntos</b>							
Otlis, A.C.E.	145.825	-	-	-	601.431	-	(455.606)
<b>Empresas relacionadas</b>							
GIL, S.A.	-	8.998.267	-	-	194.119	-	8.804.148
	4.339.011	8.998.267	725.938	121.154	795.550	704.937	12.441.575

O saldo da rubrica “Outras contas a pagar”, respeita aos saldos a pagar à Ensitrans em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante 400.319 euros e 704.937 euros, respetivamente, os quais encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” (Nota 5.8).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2012				
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
<b>Associadas</b>					
Fernave, S.A.	-	-	1.015	650	-
Publimento	-	-	-	1.379.122	-
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	3.603.339	14.456
<b>Empreendimentos conjuntos</b>					
Otlis, A.C.E.	131.928	14.050	566.916	1.827.467	-
<b>Empresas relacionadas</b>					
GIL, S.A.	-	-	304.234	(51.702)	-
	131.928	14.050	872.165	6.758.876	14.456

Partes relacionadas	2011				
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
<b>Associadas</b>					
Fernave, S.A.	-	-	1.015	650	-
Publimento	-	-	-	1.379.122	-
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	3.306.222	3.883
<b>Empreendimentos conjuntos</b>					
Otlis, A.C.E.	-	-	748.265	1.159.354	-
<b>Empresas relacionadas</b>					
GIL, S.A.	-	-	315.641	38	-
	-	-	1.064.921	5.845.386	3.883



### 32. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as garantias prestadas pelo Grupo ascendiam a 61.157.244 euros e 62.388.012 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pelo Grupo relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Cm Lisboa
Banco BPI	16.213	19-10-2009	Farmácia Cardeira
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.345	17-03-2011	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lis
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ªjuízo
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4ºbairro Fiscal
Banco BPI	6.940	03-07-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ªjuízo
Barclays Bank	17.458	25-05-1994	Petrogal
Barclays Bank	18.256	07-07-1994	Tribunal Cível
Banco BPI	17.500	11-04-2011	5º Juízo Cível de Lisboa
Banco BPI	924.000	01-02-2012	4ªVARA CÍVEL LISBOA-2ªSECÇÃO
Banco BPI	30.226	21-11-2012	TRIBUNAL TRABALHO LISBOA
Banco BBVA	35.801	11-03-2009	Refer
Banco BBVA	120.819	10-12-2009	Refer
Banco BBVA	5.926	26-07-2010	Refer
Banco BBVA	3.519	13-04-2010	C. M. VF Xira
Banco BBVA	35.580	02-06-2010	Tratolixo
Banco BBVA	35.580	13-04-2010	Tratolixo
Banco BBVA	25.329	03-08-2011	Metro do Porto
Banco BBVA	3.990	19-02-1998	Petrogal
Banco BBVA	6.708	24-07-2001	Porto 2001
Banco BBVA	4.003	03-09-2001	Porto 2001
Banco BBVA	1.632	10-07-2008	Fazenda Pública
Banco BBVA	272.118	06-12-2010	Fazenda Pública
Banco BPI	12.767	29-03-2012	Refer
Banco BPI	2.606	02-04-2012	Refer
	<b>1.723.626</b>		

### 33. Segmentos operacionais

Os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas;
- Outros.



Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são como se segue:

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	81.733.054	15.880.858		(10.604.150)	87.009.762
Subsídios à exploração	46.102.194	41.846			46.144.040
Trabalhos para a própria entidade	4.464.959	-			4.464.959
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	38.230	-			38.230
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	73.712	1.156.797			1.230.509
Provisões (aumentos / reduções)	11.274.881	125.564			11.400.445
Outros rendimentos e ganhos	4.611.385	1.064.618			5.676.003
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>	<b>148.298.415</b>	<b>18.269.683</b>	<b>-</b>	<b>(10.604.150)</b>	<b>155.963.948</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.205.404)				(2.205.404)
Fornecimentos e serviços externos	(35.345.628)	(3.366.190)		10.604.150	(28.107.668)
Gastos com o pessoal	(75.297.791)	(5.954.416)			(81.252.207)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(27.718.878)	(10.964.307)	232.259 <sup>(1)</sup>		(38.450.926)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	(50.000)	-			(50.000)
Aumentos / reduções de justo valor	(6.614.748)	-			(6.614.748)
Outros gastos e perdas	(2.346.811)	(251.280)			(2.598.091)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(149.579.260)</b>	<b>(20.536.193)</b>	<b>232.259</b>	<b>10.604.150</b>	<b>(159.279.044)</b>
	<b>(1.280.845)</b>	<b>(2.266.510)</b>	<b>232.259</b>	<b>-</b>	<b>(3.315.096)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	-	71.733			71.733
Juros e gastos similares suportados	(75.116.318)	(2.960.182)			(78.076.500)
Resultados relativos a empresas associadas	(837.503)	128.118	759.767 <sup>(2)</sup>		50.382
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(77.234.666)</b>	<b>(5.026.841)</b>	<b>992.026</b>	<b>-</b>	<b>(81.269.481)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(97.394)	(191.451)			(288.845)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>(77.332.060)</b>	<b>(5.218.292)</b>	<b>992.026</b>	<b>-</b>	<b>(81.558.326)</b>

<sup>(1)</sup> Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística

<sup>(2)</sup> Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são como se segue:

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	67.682.780	20.516.830		(11.548.492)	76.651.118
Subsídios à exploração	45.179.058	-			45.179.058
Trabalhos para a própria entidade	5.113.390	-			5.113.390
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	160.464	(7.690)			152.774
Provisões (aumentos / reduções)	9.393.781	442.611			9.836.392
Outros rendimentos e ganhos	8.539.201	1.188.657			9.727.858
<b>Total dos rendimentos operacionais</b>	<b>136.068.674</b>	<b>22.140.408</b>	<b>-</b>	<b>(11.548.492)</b>	<b>146.660.590</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.166.757)	-			(2.166.757)
Fornecimentos e serviços externos	(38.156.119)	(5.114.983)		11.548.492	(31.722.610)
Gastos com o pessoal	(78.836.976)	(7.416.647)			(86.253.623)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(31.373.677)	(11.001.766)	1.593.431 <sup>(1)</sup>		(40.782.012)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	(166.518)	-			(166.518)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	(50.000)	-			(50.000)
Aumentos / reduções de justo valor	(53.373.171)	-			(53.373.171)
Outros gastos e perdas	(1.615.732)	(350.168)			(1.965.900)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(205.738.950)</b>	<b>(23.883.564)</b>	<b>1.593.431</b>	<b>11.548.492</b>	<b>(216.480.591)</b>
	<b>(69.670.276)</b>	<b>(1.743.156)</b>	<b>1.593.431</b>	<b>-</b>	<b>(69.820.001)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13.072	14.823			27.895
Juros e gastos similares suportados	(75.177.668)	(4.000.082)			(79.177.750)
Resultados relativos a empresas associadas	(1.101.105)	128.428	1.087.972 <sup>(2)</sup>		115.295
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>(145.935.977)</b>	<b>(5.599.987)</b>	<b>2.681.403</b>	<b>-</b>	<b>(148.854.561)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(116.302)	(209.160)			(325.462)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>(146.052.279)</b>	<b>(5.809.147)</b>	<b>2.681.403</b>	<b>-</b>	<b>(149.180.023)</b>

<sup>(1)</sup> Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística

<sup>(2)</sup> Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial



As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis a transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de consultoria, a entidades do grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são como se segue:

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
<b>ATIVO</b>					
<b>NÃO CORRENTE</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.414.234.514	-	-	-	4.414.234.514
Ativos fixos tangíveis	287.272.796	21.922.767	165.457.254 <sup>(1)</sup>	3.167.400	477.820.217
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	20.144.909	404.158	(4.941.247) <sup>(2)</sup>	(1.031.836)	14.575.984
Derivados	48.535.668	-	-	-	48.535.668
Outros ativos não correntes	30.339.867	3.188.088	-	(3.167.400)	30.360.555
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>4.800.527.754</b>	<b>25.515.013</b>	<b>160.516.007</b>	<b>(1.031.836)</b>	<b>4.985.526.938</b>
<b>CORRENTE</b>					
Outros ativos correntes	88.972.683	13.845.747	-	(7.089.033)	95.729.397
Caixa e depósitos bancários	24.420.301	16.245.126	-	-	40.665.427
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>113.392.984</b>	<b>30.090.873</b>	<b>-</b>	<b>(7.089.033)</b>	<b>136.394.824</b>
<b>Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.414.234.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.414.234.514</b>
<b>Total do ativo afeto à operação (ML)</b>	<b>499.686.224</b>	<b>55.605.886</b>	<b>160.516.007</b>	<b>(8.120.869)</b>	<b>707.687.248</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.913.920.738</b>	<b>55.605.886</b>	<b>160.516.007</b>	<b>(8.120.869)</b>	<b>5.121.921.762</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>NÃO CORRENTE</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.189.773.808	-	-	-	4.189.773.808
Financiamentos obtidos	753.124.597	228.350.901	-	(960.000)	980.515.498
Outros passivos não correntes	522.537	1.261.956	(17.678)	19.918.353	21.685.168
Derivados	230.338.909	-	-	-	230.338.909
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	262.739.100	-	-	-	262.739.100
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.189.773.808</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.189.773.808</b>
<b>Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)</b>	<b>1.246.725.143</b>	<b>229.612.857</b>	<b>(17.678)</b>	<b>18.958.353</b>	<b>1.495.278.675</b>
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>5.436.498.951</b>	<b>229.612.857</b>	<b>(17.678)</b>	<b>18.958.353</b>	<b>5.685.052.483</b>
<b>CORRENTE</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	241.501.175	-	-	-	241.501.175
Financiamentos obtidos	103.493.601	8.034.966	-	-	111.528.567
Outros passivos correntes	47.834.848	9.440.626	-	(4.254.640)	53.020.834
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>241.501.175</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241.501.175</b>
<b>Total do passivo corrente afeto à operação (ML)</b>	<b>151.328.449</b>	<b>17.475.592</b>	<b>-</b>	<b>(4.254.640)</b>	<b>164.549.401</b>
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>392.829.624</b>	<b>17.475.592</b>	<b>-</b>	<b>(4.254.640)</b>	<b>406.050.576</b>
<b>Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>4.431.274.983</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.431.274.983</b>
<b>Total do passivo afeto à operação (ML)</b>	<b>1.398.053.592</b>	<b>247.088.449</b>	<b>(17.678)</b>	<b>14.703.713</b>	<b>1.659.828.076</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.829.328.575</b>	<b>247.088.449</b>	<b>(17.678)</b>	<b>14.703.713</b>	<b>6.091.103.059</b>

<sup>(1)</sup> Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística

<sup>(2)</sup> Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial



Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são como se segue:

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
<b>ATIVO</b>					
<b>NÃO CORRENTE</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3.928.899.643	-	-	-	3.928.899.643
Ativos fixos tangíveis	313.674.776	32.758.734	165.224.995 <sup>(1)</sup>	3.229.915	514.888.420
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	15.935.246	276.040	(6.674.311) <sup>(2)</sup>	-	9.536.975
Derivados	36.525.070	-	-	-	36.525.070
Outros ativos não correntes	37.196.643	3.266.511	-	(3.229.915)	37.233.239
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>4.332.231.378</b>	<b>36.301.285</b>	<b>158.550.684</b>	<b>-</b>	<b>4.527.083.347</b>
<b>CORRENTE</b>					
Outros ativos correntes	89.245.739	17.984.009	-	(8.513.720)	98.716.028
Caixa e depósitos bancários	110.684	16.650.208	-	-	16.760.892
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>89.356.423</b>	<b>34.634.217</b>	<b>-</b>	<b>(8.513.720)</b>	<b>115.476.920</b>
<b>Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>3.928.899.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.928.899.643</b>
<b>Total do ativo afeto à operação (ML)</b>	<b>492.688.158</b>	<b>70.935.502</b>	<b>158.550.684</b>	<b>(8.513.720)</b>	<b>713.660.624</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.421.587.801</b>	<b>70.935.502</b>	<b>158.550.684</b>	<b>(8.513.720)</b>	<b>4.642.560.267</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>NÃO CORRENTE</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3.806.891.112	-	-	-	3.806.891.112
Financiamentos obtidos	399.130.629	235.410.226	-	-	634.540.855
Outros passivos não correntes	1.565.994	1.478.956	(17.277)	22.824.584	25.852.257
Derivados	211.713.563	-	-	-	211.713.563
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	262.695.165	-	-	-	262.695.165
<b>Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>3.806.891.112</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.806.891.112</b>
<b>Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)</b>	<b>875.105.351</b>	<b>236.889.182</b>	<b>(17.277)</b>	<b>22.824.584</b>	<b>1.134.801.840</b>
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>4.681.996.463</b>	<b>236.889.182</b>	<b>(17.277)</b>	<b>22.824.584</b>	<b>4.941.692.952</b>
<b>CORRENTE</b>					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	122.008.531	-	-	-	122.008.531
Financiamentos obtidos	404.172.531	8.867.126	-	(960.000)	412.079.657
Outros passivos correntes	54.066.574	11.443.465	-	(5.621.189)	59.888.850
<b>Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>122.008.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>122.008.531</b>
<b>Total do passivo corrente afeto à operação (ML)</b>	<b>458.239.105</b>	<b>20.310.591</b>	<b>-</b>	<b>(6.581.189)</b>	<b>471.968.507</b>
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>580.247.636</b>	<b>20.310.591</b>	<b>-</b>	<b>(6.581.189)</b>	<b>593.977.038</b>
<b>Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)</b>	<b>3.928.899.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.928.899.643</b>
<b>Total do passivo afeto à operação (ML)</b>	<b>1.333.344.456</b>	<b>257.199.773</b>	<b>(17.277)</b>	<b>16.243.395</b>	<b>1.606.770.347</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>5.262.244.099</b>	<b>257.199.773</b>	<b>(17.277)</b>	<b>16.243.395</b>	<b>5.535.669.990</b>

<sup>(1)</sup> Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística

<sup>(2)</sup> Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para casa segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o grupo.



### 34. Acontecimentos após a data do balanço

No âmbito do projeto de negociação e reestruturação das operações de derivados das Empresas Públicas Reclassificadas, foram mantidas pelo IGCP, de acordo com orientações da Tutela, negociações com os bancos cuja totalidade das operações foram consideradas não problemáticas, tendo, no caso ML, chegado a acordo com as seguintes instituições, no período compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras com base no valor de mercado à data de negociação respetiva, como se segue:

#### Société Generale (Despacho n.º 548/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31-12-2012
24	Vanilla swap	15-Set-21	95.602.930	(23.197.061)
51	Vanilla swap	22-Jul-24	100.000.000	(48.734.952)
				<b>(71.932.013)</b>

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado das operações (com data valor de 20 de março) foi de 60,9 milhões de euros.

#### Morgan Stanley (Despacho n.º 549/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31-12-2012
49	CMS Steepener	22-Jul-24	100.000.000	(29.741.487)
				<b>(29.741.487)</b>

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 21 de março) foi de 23 milhões de euros.

#### Crédit Suisse (Despacho n.º 660/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31-12-2012
37	Worst of 2 Spreads	15-Jun-22	17.364.188	(43.639.184)
50	Floors, Overlay	22-Jul-24	100.000.000	10.206.827
53	Spread Option, Overlay	22-Jul-24	100.000.000	(13.393.372)
60	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia -EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04-Dez-26	70.000.000	(9.340.360)
107	Fly	20-Mar-20	80.222.338	(1.816.003)
108	Fly	24-Set-21	88.007.484	(3.030.532)
				<b>(61.012.624)</b>

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 8 de abril) foi de 50,7 milhões de euros.

**Barclays (Despacho n.º 879/13-SET)**

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31-12-2012
27	Vanilla, Overlay	15-Jun-22	77.895.605	(4.848.956)
31	Index linked	15-Jun-21	80.000.000	(3.456.422)
54	Index linked	04-Dez-26	100.000.000	(4.680.152)
62	Cap Knock Out	04-Dez-26	200.000.000	4.878.720
65	Index linked	04-Dez-26	100.000.000	(63.726.402)
67	Index linked	07-Dez-22	200.000.000	(23.026.330)
70	Vanilla	04-Fev-19	400.000.000	63.929.887
124	Vanilla	30-Dez-30	300.000.000	(94.339.693)
				<b>(125.269.348)</b>

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 7 de maio) foi de 144,50 milhões de euros.

**BNP Paribas (Despacho n.º 966/13-SET)**

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31-12-2012
19	Callable Swap	15-Dez-19	11.472.352	(588.493)
25+28	Index linked	15-Jun-22	86.790.834	(10.717.358)
33	Snowball, Overlay	15-Jun-22	40.000.000	3.243.997
35	Callable Swap	15-Jun-22	40.000.000	(4.092.389)
69	Vanilla	07-Dez-27	100.000.000	9.914.102
				<b>(2.240.141)</b>

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 16 de maio) foi de 13,78 milhões de euros.



Goldman Sachs (Despacho n.º 1007/13-SET)

IGCP	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Valorização 31-12-2012
72	Floor, Overlay	04-Fev-19	300.000.000	(51.351.419)
73	Bullet Swap	21-Jul-16	71.042.080	16.260.790
74	Bullet Swap	24-Jul-16	50.000.000	11.573.188
				(23.517.441)

O valor líquido pago pela Empresa pelo cancelamento antecipado da operação (com data valor de 20 de maio) foi de 13,10 milhões de euros.

Lisboa, 24 de setembro de 2013

**O Técnico Oficial de Contas**

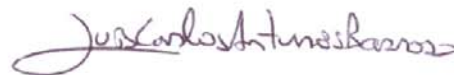


Dr. Carlos Emerio Ferreira Mota

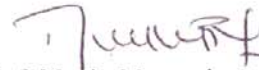
**O Conselho de Administração**



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

23,7  
J

## Parecer do Conselho Fiscal





# **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML)**

## **EXERCÍCIO DE 2012 Contas Consolidadas**

### **I. Introdução**

O Conselho Fiscal (CF) signatário foi nomeado por Despacho de 5 de outubro de 2012, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo").

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo"), compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 5.121.921.762 euros e um Capital Próprio consolidado negativo de 969.181.297 euros, incluindo um Resultado Líquido consolidado negativo atribuível aos acionistas da Empresa de 77.332.039 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente anexo.

Sendo o Metropolitano de Lisboa e respetivas subsidiárias empresas públicas que envolvem consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência. Tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitas estas empresas, devendo fundamentalmente, a sua gestão ser enquadrada nos "princípios do bom governo das empresas do sector empresarial do Estado", consagrados no anexo à RCM n.º 49/2007 de 01 de fevereiro, e no respeito pelas suas orientações estratégicas, previstas no anexo na RCM n.º 70/2008 de 27 de março.

Importa ainda referir, que conforme referido por este Conselho Fiscal no âmbito do parecer às contas individuais da empresa, no decurso do exercício agora em apreciação, esta observou também as orientações estatuídas, nomeadamente, as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março – Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.ºs 101-A/2010 e 01/2011, sobre as medidas de consolidação orçamental;
- RCM n.º 45/2011 de 13 de outubro que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.



Saliente-se que a empresa é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como “entidade pública reclassificada” integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo tem de observar em cumprimento da Circular nº 1.367 da DGO, de 01 de agosto de 2011, bem como da LCPA (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

## **II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal**

No cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador, desde que foi nomeado (5 de outubro de 2012), reuniu ordinariamente, em média, uma vez por mês, tendo-se sistematicamente inteirado do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foram efetuadas diversas reuniões e estabelecido contatos com o Conselho de Administração da empresa bem como com o ROC e com os auditores externos, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

## **III. Apreciação do relatório de gestão**

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade do Metropolitano de Lisboa e das suas subsidiárias, durante o exercício de 2012. Do conteúdo desse documento, considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- No ano de 2012 estas empresas desenvolveram a sua atividade num cenário de alterações profundas no modelo de gestão, que caracterizou o setor dos transportes, alicerçadas na abertura à gestão privada, o que implicou alterações no seu modelo de organização e funcionamento.
- Na sequência de anteriores recomendações do órgão de fiscalização da empresa, do ROC e do auditor externo, a empresa elaborou pela primeira vez, com referência ao exercício económico de 2012, o respetivo Relatório de Gestão e demonstrações financeiras da atividade consolidada.
- A tendência da diminuição de passageiros continuou a sentir-se no ano de 2012 que ocasionou a diminuição da oferta em número de carruagens por quilómetro. As receitas de tráfego tiveram um acréscimo devido ao aumento dos tarifários em fevereiro e à nova repartição de receitas do passe Navegante, a qual beneficiou o Metro.
- O ML cumpre o princípio de unidade de tesouraria assim como grande parte das recomendações do Tribunal de Contas, efetuadas no âmbito do relatório de auditoria, destacando-se a diminuição do absentismo, construção de parques de estacionamento e a criação de mecanismos que melhoram a comunicação metro/cliente, através de diversas campanhas de marketing.
- O resultado financeiro consolidado de 2012 é de -78,0 milhões de euros melhorando levemente os resultados obtidos no ano transato.



- O procedimento de Certificação Financeira de Gestão de Qualidade pela SGS ICAS, segundo a norma internacional NP EN ISSO 14001:2004, continua em promoção tendo em vista a Certificação Ambiental da Empresa.

#### IV. Situação económica e financeira

As demonstrações financeiras de 2012 consolidadas, foram objeto de Parecer dos Auditores Externos, assim como da revisão do Revisor Oficial de Contas, o qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas, bem como o seu Relatório de Revisão/Auditoria. Nestes documentos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

De acordo com a demonstração de resultados, as empresas apresentaram em 2012 um resultado líquido consolidado negativo de 81,6 milhões de euros, representando uma melhoria de 45% (67,6 milhões de euros) face ao prejuízo de 149,2 milhões de euros registado em 2011, resultando exclusivamente da evolução favorável do resultado operacional em 66,5 milhões de euros.

A melhoria dos resultados operacionais decorreu essencialmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Crescimento das receitas de tráfego em 14,6 milhões de euros (+22,9%), em resultado do aumento tarifário de fevereiro de 2012 e da aplicação da nova metodologia de repartição de receitas do passe Navegante, resultante do inquérito de 2007, a qual é mais favorável para a ML face à utilizada anteriormente. Contudo, para os restantes títulos de transporte combinados continuou a utilizar-se a chave de repartição proveniente do inquérito de 1989 (muito desajustada face ao crescimento da rede de metropolitano desde então);
- Redução dos gastos com pessoal em 5,0 milhões de euros, pela aplicação das reduções salariais previstas na Lei do Orçamento de Estado (embora considere o valor dos subsídios de férias vencidos em 2012 e pagos em 2013, em conformidade com a decisão do Tribunal Constitucional) e pelo decréscimo do número de efetivos no final dos exercícios de 2011 e 2012, de 86 trabalhadores;
- Diminuição dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 3,6 milhões de euros, refletindo os esforços de racionalização em curso nestas empresas, destacando-se as medidas de poupança de energia e a otimização dos serviços de vigilância e limpeza. De referir também o decréscimo de 8,8% na componente Rendas e alugueres que resulta da diminuição dos juros suportados nos contratos de *leasing* de material circulante;
- Decréscimo acentuado das variações negativas de justo valor dos instrumentos de gestão do risco financeiro (IGRF), em 46,8 milhões de euros.

Apesar do desagravamento dos resultados líquidos negativos, o contínuo crescimento do passivo remunerado das empresas, essencialmente para pagamento de juros e de outros gastos de financiamento, coloca em causa a sua sustentabilidade no longo prazo, agravada no imediato pelas atuais restrições de acesso ao crédito e pelas circunstâncias específicas do próprio país, tornando premente o reforço das medidas de racionalização económica e financeira adicionais às já tomadas nos últimos anos, com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.



O Estado Português assegurou o financiamento através de empréstimos ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E no valor de 648,6 milhões de euros, cumprindo as verbas inscritas no orçamento da empresa. Este financiamento permitiu à ML satisfazer os compromissos decorrentes do serviço da dívida e gerou um acréscimo das disponibilidades de tesouraria de 23,9 milhões de euros no final do exercício.

O aumento do passivo afeto à atividade de investimento em ILD resultou essencialmente da variação negativa, em 360 milhões de euros, do justo valor dos IGRF, o qual ascendeu em 31 de dezembro de 2012 ao valor negativo de 1.212 milhões de euros. No seu conjunto, as responsabilidades com IGRF aumentaram 378 milhões de euros, representando 20% do passivo total.

De referir que a valorização dos IGRF é, no final de cada exercício, efetuada por um avaliador externo (diferente daquele com quem os mesmos foram contratados), sendo consideradas assunções e estimativas para o efeito, em resultado de alguma informação não se encontrar disponível. Tal facto não nos permite ser conclusivos quanto à razoabilidade do valor pelo qual os mesmos se encontram refletidos nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2012.

É nosso entender que, para a sustentabilidade económico-financeira do grupo, é necessário, relativamente à ML (empresa com maior relevância), o seguinte:

- A celebração de contrato de concessão da infraestrutura e do serviço de transporte de passageiros, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 148-A/2009, que estabeleça a responsabilidade pelo investimento em infraestruturas de longa duração e que defina, de modo claro, a forma de exercício da atividade de prestação de serviços de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e regiões limítrofes, e seu financiamento bem como o custo da exploração de tais infraestruturas para o concessionário.

De facto, afigura-se insustentável a manutenção da responsabilidade dos investimentos na rede pela empresa, embora atuando por conta do Estado, e do respetivo financiamento com recurso a passivo remunerado, quer pelos elevados custos do mesmo quer pela dificuldade de acesso ao crédito na atual conjuntura. No presente exercício não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a ML, contratou com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) financiamento no montante de 648,6 milhões de euros, dos quais 237,7 milhões de euros foram imputados à atividade de ILD;

- A revisão do modelo de repartição da receita comum aos diversos operadores de transportes da AML (receita gerada pelos títulos intermodais) que tenha em conta a efetiva utilização dos diversos meios de transporte que integram o sistema pela procura.

Apesar de em 2012 se ter efetuado a correção das quotas de repartição de receitas dos títulos combinados ML/CARRIS, como tal ajustamento teve por base as conclusões do inquérito efetuado pelo IMTT em 2007 (manifestamente desajustado face ao crescimento da rede do ML desde então) e não considerou todos os títulos de transporte e todos os operadores da AML (correção apenas entre o ML e a CARRIS), mantém-se a necessidade da revisão referida. Caso fossem aplicadas as quotas do inquérito de 2007, a empresa estima que em 2012 teria um acréscimo de receita da ordem dos 7 milhões de euros (sem IVA).



Refira-se ainda o ónus para estas empresas das responsabilidades assumidas no passado com o pagamento de complementos de reforma e pensões com o pessoal ao serviço e aposentado, sendo o respetivo plano de benefícios definidos, pelo que a tendência futura é de agravamento dos respetivos gastos.

#### V. VI. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e suas subsidiárias, durante o exercício de 2012, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício;
2. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2012.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2012.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores do ML, que teve necessidade de assiduamente contactar, no desempenho das suas atribuições.

**Lisboa, 6 de janeiro de 2014**

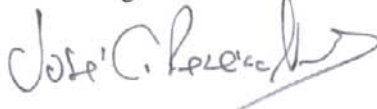
O Conselho Fiscal

Presidente



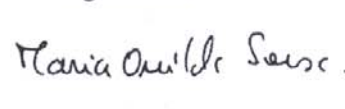
(José Emilio Castel-Branco)

Vogal efetivo



(José Carlos Pereira Nunes)

Vogal efetiva



(Maria Onilda Sousa)



2  
P

## Certificação Legal das Contas do Grupo ML



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

**INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E ("Empresa") e subsidiárias ("Grupo"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 5.121.921.762 euros e um Capital Próprio consolidado negativo de 969.181.297 euros, incluindo um Resultado Líquido consolidado negativo atribuível aos accionistas da Empresa de 77.332.039 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, os resultados, o rendimento integral e os fluxos de caixa consolidados das suas operações e as alterações do capital próprio consolidado, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

**ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelas respectivas Administrações, utilizados na sua preparação;
  - A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas;
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Excepto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 a 12 abaixo, entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



**RESERVAS**

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Governo assumiu no passado o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infra-estruturas de longa duração (ILDs) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., tendo a Empresa, de acordo com os seus estatutos, a responsabilidade de administrar os bens de domínio público afectos à sua actividade, nomeadamente assegurar por delegação do Estado a construção, a instalação, a renovação, a manutenção e a gestão das infra-estruturas ferroviárias que lhe estão afectas (ILDs) e cabendo ao Estado salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro da empresa e o serviço das dívidas constituídas para a construção, instalação e renovação das referidas infra-estruturas. Face à inexistência de disposição contratual que defina os termos desta actuação por parte da empresa e sobre a administração daqueles bens, nomeadamente a inexistência de um contrato de concessão que permita o seu enquadramento nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, todos os investimentos realizados e respectivos financiamentos e gastos suportados afectos a ILDs encontram-se registados na demonstração da posição financeira consolidada da Empresa segregados dos saldos afectos à sua actividade operacional em rubricas de activo e passivo, corrente e não corrente, sob a designação "Investimentos de infra-estruturas de longa duração". Não nos foi possível concluir sobre a política de amortizações a adoptar para tais activos e quais os critérios de afectação dos diferentes subsídios que têm vindo a ser atribuídos pelo Estado e por programas comunitários e: (i) se os valores relativos a investimentos em infra-estruturas de longa duração e os correspondentes capitais próprios (subsídios atribuídos e reservas de reavaliação) identificados pela Empresa em 31 de Dezembro de 2012 como relativos àqueles investimentos, de 3.275.689.891 euros e 1.126.157.937 euros, respectivamente (3.245.551.006 euros e 1.069.800.648 euros em 31 de Dezembro de 2011), que integram o saldo a rubrica de "Investimento de infra-estruturas de longa duração" no activo em resultado da referida política de reconhecimento, deveriam estar registados na demonstração da posição financeira consolidada da Empresa e por que valores, nem concluir sobre a razoabilidade do procedimento de não amortização destes bens; (ii) quanto à aceitação inequívoca por parte do Estado da inclusão no valor daqueles investimentos de gastos financeiros e departamentais incorridos até 31 de Dezembro de 2012 nos valores de 306.946.161 euros e 72.036.545 euros, respectivamente (301.314.351 euros e 67.739.013 euros em 31 de Dezembro de 2011); (iii) quanto ao critério de repartição dos financiamentos (empréstimos bancários, obrigacionistas e financiamentos por locação financeira) considerado pela Empresa em 31 de Dezembro de 2012 entre as actividades de investimento em ILDs e a actividade operacional, nomeadamente a gestão de infra-estruturas propriedade da Empresa, reflectidos na demonstração da posição financeira consolidada da Empresa em 31 de Dezembro de 2012 pelos valores de 3.324.490.013 euros e 1.092.044.065 euros, respectivamente (3.165.976.080 euros e 1.046.620.512) euros em 31 de Dezembro de 2011); (iv) quanto à forma de reconhecimento dos instrumentos financeiros derivados contratados pela empresa relativamente aos financiamentos contraídos para financiar a actividade de ILDs, que em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com a avaliação efectuada nos termos do mencionado no parágrafo 9 abaixo, tinham um justo valor negativo de 1.063.831.614 euros (718.457.722 euros em 31 de Dezembro de 2011), que se encontra registado como uma conta a receber do Estado por o justo valor ser negativo e se encontrar registado no passivo; (v) quanto ao valor dos gastos com empréstimos incorridos pela empresa no exercício e em exercícios anteriores e que, de acordo com a política contabilística supra mencionada, foram quantificados e registados no activo na rubrica de ILDs e cujo saldo acumulado em 31 de Dezembro de 2012 ascende a 1.193.195.432 euros (1.015.233.387 euros em 31 de Dezembro de 2011); (vi) quanto ao valor de 289.555.301 euros (incluído nos valores de 1.193.195.432 euros e 1.015.233.387 euros anteriormente referidos) relativo a eventuais juros e outros gastos incorridos pela Empresa anteriormente a 1995 e registados em ILDs por contrapartida de "resultados transitados" em 01 de Janeiro de 2009, que saldou a referida rubrica de ILDs em tal data; e vii) quanto ao tratamento contabilístico dado pela empresa no reconhecimento dos activos e passivos associados a ILDs. Face ao supra mencionado não nos é possível concluir acerca da política contabilística adoptada pela empresa no reconhecimento dos activos, passivos, capital próprio e gastos financeiros e departamentais associados a ILDs em 31 de Dezembro de 2012, nem quanto à razoabilidade, momento e realização ou exigibilidade das contas a receber ou a pagar, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2012.
8. Conforme divulgado na Nota 13 do Anexo o activo em 31 de Dezembro de 2012 inclui em rubrica de "Outros activos correntes – Trabalhos por conta de terceiros" o valor de 53.562.488 euros (52.864.466 euros em 31 de Dezembro de 2011) relativo a obras efectuadas pela empresa por conta de outras entidades que não se encontram facturadas pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e que não foram



## CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

objecto de contratualização ou outra forma de formalização entre a empresa e as restantes entidades envolvidas que defina os valores a facturar e os momentos e formas de facturação e liquidação financeira. Do exposto, não nos é possível concluir quanto ao momento e por que valor tais trabalhos serão facturados, pelo que não podemos concluir quanto à respectiva razoabilidade e à efectiva realização de tais activos.

9. De acordo com a IAS 39 a Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras consolidadas o justo valor dos instrumentos financeiros derivados por si contratados para cobrir o risco de flutuação das taxas de juro dos empréstimos contraídos para financiar a actividade de exploração e o financiamento dos investimentos de longa duração. O justo valor considerado nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012, no activo e passivo não corrente, em rubrica de "Derivados", nos valores de 48.535.668 euros e 230.338.909 euros, respectivamente (36.525.070 euros e 211.713.563 euros em 31 de Dezembro de 2011), para além dos mencionados no parágrafo 7 acima, foi determinado por um consultor externo com base em pressupostos e assumpções por este efectuadas em virtude de a informação relativa a alguns dos instrumentos financeiros derivados não se encontrar disponível, e que seria considerada caso a avaliação do justo valor tivesse sido determinada pelas entidades com as quais os instrumentos financeiros foram contratados. Até à presente data, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto à razoabilidade do justo valor pelo qual os referidos instrumentos financeiros derivados se encontram mensurados nos balanços em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, nem quanto à sua natureza e classificação nas diversas rubricas das demonstrações da posição financeira consolidada em tais datas, nomeadamente no activo, passivo, reservas e resultados transitados, e das demonstrações consolidadas dos resultados dos exercícios findos nas mesmas.
10. Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica de Participações Financeiras, evidenciada no activo pelo valor de 14.575.984 euros, inclui: (i) A participação financeira detida na participada GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. representativa de 16% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 11.040.038 euros. Adicionalmente, encontra-se registado na mesma rubrica o valor de 14.050.474 euros relativo a suprimentos concedidos à GIL, SA (8.998.267 euros em 31 de Dezembro de 2011). (ii) A participação financeira detida na subsidiária Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, SA representativa de 40% do seu capital, registada na referida rubrica de acordo com o método de equivalência patrimonial por um valor nulo em virtude de aquela associada apresentar capitais próprios negativos de 2.868 euros, e para a qual foi reconhecida uma provisão de 1.147 euros em 31 de Dezembro de 2012, correspondente à responsabilidade da empresa de acordo com a percentagem detida naqueles capitais próprios. (iii) A participação financeira detida na associada Ensitrans – Engenharia e sistemas de Transportes, A.E.I.E representativa de 50% do seu capital, que se encontra reconhecida na demonstração da posição financeira consolidada de acordo com o método da equivalência patrimonial pelo valor de 418.391 €. As Certificações Legais das Contas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 da GIL, SA, Publimetro, SA e Ensitrans, AEIE contém: (i) uma ênfase relacionada com a continuidade das operações, no caso da GIL e Publimetro, pelo que a realização dos seus activos e exigibilidade dos seus passivos, incluindo os saldos existentes com a Empresa, depende do ápio continuado dos seus accionistas, e (ii) reservas não quantificadas, cujo efeito global não foi quantificado e que não foi tomado em consideração na aplicação da equivalência patrimonial com referência aquela data. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos efeitos, se alguns, destes assuntos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012, nomeadamente na mensuração das referidas participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial nem quanto ao momento e valor de realização do saldo líquido entre contas a receber e a pagar a tais entidades, de 19.142.552 euros.
11. Em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas Outros activos não correntes e Outros activos correntes incluem os valores de 2.577.739 euros e 12.002.602 euros em dívida pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (2.586.074 euros e 12.002.602 euros em 31 de Dezembro de 2011, respectivamente) relativos à transferência para tal empresa do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, conforme protocolo celebrado no exercício de 2009 entre ambas as empresas, o qual previa um plano de pagamento conforme mencionado na Nota 13 do anexo que não tem vindo a ser cumprido pela Transtejo. Atento o referido incumprimento e a informação disponível sobre tal assunto na presente data, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade, momento e valor de realização daquelas contas a receber em 31 de Dezembro de 2012.





12. Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efectuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o valor correspondente a 75% do respectivo lucro tributável. Tendo em consideração o referido, bem como os ajustamentos de transição para o actual Sistema de Normalização Contabilística efectuados pela empresa (reportados a 1 de Janeiro de 2010) que poderiam ser relevantes para efeitos do cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício, poderá resultar um gasto no exercício no valor aproximado de 10.800.000 €, que não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012. É entendimento da empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efectuados os mesmos não deverão concorrer para o apuramento do resultado tributável do exercício de 2012 sendo sua intenção solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este assunto. Face ao exposto, não nos é possível concluir quanto ao eventual efeito deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012, nomeadamente nos saldos das rubricas de gastos com Imposto sobre o Rendimento e contas a pagar ao Estado.

**OPINIÃO**

13. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações constantes dos parágrafos 7 a 12 acima, as Demonstrações Financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Metropolitano de Lisboa, E.P.E e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e rendimento integral consolidados das suas operações, os fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

**ÊNFASES**

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

14. As operações do grupo têm-se revelado cronicamente deficitárias, gerando prejuízos sucessivos de valor significativo que em 2012 ascenderam a 77.332.039 euros (146.052.136 euros no exercício de 2011), cujo financiamento tem vindo a ser parcialmente assegurado pelo Estado português através de indemnizações compensatórias, insuficientes para compensar os gastos operacionais e financeiros da empresa, e dotações de capital. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012, mencionadas no parágrafo 1 acima, encontram-se preparadas no pressuposto da continuidade das operações do grupo, apesar de naquela data os capitais próprios do grupo se apresentarem negativos em 969.181.297 euros (893.109.723 euros em 31 de Dezembro de 2011), situação que obriga à adopção dos mecanismos de recapitalização constantes dos artºs 35º e 171º, não se encontrando o grupo a cumprir com tais disposições legais; o activo corrente se apresentar insuficiente para fazer face ao passivo corrente; e os fluxos de caixa gerados pelo grupo continuarem a apresentar-se negativos. Adicionalmente, não são conhecidos os eventuais efeitos na actividade do grupo e no reconhecimento e valorimetria dos seus activos e passivos da implementação do Plano Estratégico dos Transportes mencionado no Decreto Lei 98/2012, de 3 de Maio. Do referido, é nossa opinião que a continuidade das operações do grupo, e consequentemente a realização dos seus activos e a liquidação e classificação dos seus passivos, se encontra dependente da manutenção do suporte financeiro do Estado português e do sucesso das operações futuras do grupo.
15. As demonstrações financeiras individuais da Empresa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011 não foram ainda objecto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação do resultado daqueles exercícios, conforme a proposta incluída no seu Relatório de Gestão sobre os mesmos, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão objecto de aprovação sem alterações significativas.
16. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2011, apresentadas para efeitos comparativos, não foram objecto da nossa certificação em virtude da empresa não ter preparado demonstrações financeiras consolidadas de tal exercício tal como requerido pelo Decreto Lei 238/91, de 2 de Julho. O nosso exame dessas demonstrações financeiras consolidadas foi efectuado apenas como extensão necessária para podermos expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012.

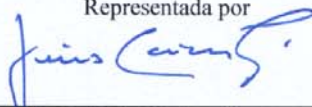


**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

17. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 27 de Setembro de 2013

*CAIANO PEREIRA, ANTÓNIO E JOSÉ REIMÃO*  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
Representada por



---

*Luís Pedro Caiano Pereira*  
ROC nº 842